IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

Manejo Comunitário de Camarão

e sua Relação com a Conservação da Floresta no Estuário do Rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA

Organizadores
Romier da Paixão Sousa
Katiuscia Fernandes Miranda
Jacqueline Serra Freire

Manejo Comunitário de Camarão
e sua Relação com a Conseruação da Floresta no Estuário do Rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA

Belém, 2011

Esta publicação é produto do Projeto Comunidades e Florestas, consórcio que tem como instituição líder o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, e o Center for International Forestry Research – CIFOR e em colaboração com o Laboratório Sócio-Agronômico do Tocantins – LASAT, o comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz – CDS, e o Fórum de Articulação do Manejo Florestal do Estuário Amazônico – FAE.

Projeto Comunidade e Florestas

Colaboradores
CDS - Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz
FAE - Fórum de Articulação do Manejo Florestal do Estuário Amazônico
LASAT - Laboratório Sócio-Agronômico do Tocantins

Esta sistematização relata a experiência do projeto de Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce, implementado pela Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas, no qual práticas predatórias de pesca são substituídas por técnicas mais sustentáveis. O projeto contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Gurupá, Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Governo Federal e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Manejo Comunitário de Camarão
e sua Relação com a Conservação da Floresta no Estuário do Rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA

Organizadores
Romier da Paixão Sousa
Katiuscia Fernandes Miranda
Jacqueline Serra Freire

Realização:

Apoio:

Copyright © 2011 by IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

Organizadores
Romier da Paixão Sousa
Katiuscia Fernandes Miranda
Jacqueline Serra Freire

Revisão
Ailton Dias
Jorge Pinto
Manoel Pantoja
Manuel Amaral Neto
Josi Malheiros

Revisão de Texto
Glaucia Barreto
Lucas Filho

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação
Luciano Silva e Roger Almeida
www.rl2design.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Internacional de Educação do Brasil. *Manejo comunitário de camarão e sua relação com a conservação da floresta no Estuário do Rio Amazonas*: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA. Belém: 2011.

Organizadores: Romier da Paixão Sousa, Katiuscia Fernandes Miranda, Jacqueline Serra Freire.

76p. ilust.; 21,5 x 28 cm
ISBN 978-85-60443-09-3
Inclui figuras e gráficos

1.Política Florestal - Conservação .2. Direito Agrário - Amazônia. I.Título. II. Instituto Internacional de Educação do Brasil.

CDD 634.056
CDD 342.1247

Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da União Européia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), não podendo, em caso algum, considerar que reflete a posição da União Européia.

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio dos Estados Unidos por meio da Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

LISTA DOS PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE SISTEMATIZAÇÃO

Participantes da 1ª Oficina de Sistematização em Gurupá (Sede do Município)

- Hermes Viana– Instituto Gurupá
- Rosa de Fátima– Instituto Gurupá
- Sebastião Pena (Sabá) – Comunidade Sarapoí
- Josi Malheiros – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas - Ataic/Instituto Gurupá
- Almir Malheiros – Ataic
- Jorge Pinto– Instituto Gurupá
- Bira Pantoja– Instituto Gurupá
- Marciene Penna– Instituto Gurupá

Participantes do Seminário de Sistematização em Gurupá (Ilha das Cinzas)

- Sebastião Balieiro – Ataic
- Antônio Brás – Ataic
- Conceição Miranda – Ataic
- Maria José Nascimento – Ataic
- Paula Pena – Comunidade Sarapoí
- Izaías Araújo – Ataic
- José Brandão – Comunidade Ilha das Cinzas
- Adamor Silva – Instituto Gurupá
- Jeferson Moreira – Comunidade Gurupá Mirim
- Jorge Pinto – Instituto Gurupá
- Sebastião Pena – Comunidade Sarapoí
- Manoel Raimundo Quintela – Ataic
- Antônia de Fátima – Ataic
- Dilma do Socorro – Ataic
- Francisco Malheiros – Ataic
- Manoel Balieiro – Ataic
- Agostinho Gomes – Ataic
- Miguel Miranda – Ataic
- Antônio Oliveira – Ataic
- Manoel Pantoja – Ataic
- Maria de Jesus – Ataic
- Almir Barbosa – Ataic
- Josineide Malheiros – Ataic
- Raimundo Valles – Ataic
- Walmir Malheiros – Ataic
- Maria Meires Malheiros – Ataic
- Benedito Miranda – Ataic
- Benedito Balieiro – Ataic
- Milton Malheiros – Ataic

B.M
SÃO LUCAS

Foto: acervo IEB

Sumário

Lista de figuras 8

Lista de quadros 8

Lista de siglas 9

I. Introdução 12
Sistematização: processo e construção coletiva 13

II. Gurupá: contexto histórico e dimensão socioambiental 20
2.1. Contexto histórico: tempo e espaço em Gurupá 20
2.2. Dimensão socioambiental de Gurupá 24
2.2.1. Elementos da dinâmica econômica local 28
2.2.2. Educação: direito humano e formação sintonizada com a realidade local 31

III. Manejo Comunitário de Camarão: tecendo redes socioambientais 36
3.1. Resgatando a trajetória local da atividade da pesca 37
3.2. Pesca do camarão: o problema de superexploração dos recursos naturais . . . 39
3.3. Linha do tempo: dez anos do Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce 41
3.4. Tecendo redes: relação do manejo do camarão com a floresta 46
3.5. Fortalecimento Organizacional: criação da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas - Ataic 53
3.6. Mulheres: a força que vêm das "Marias" 56
3.7. O Desenvolvimento Metodológico e a expansão do Projeto de Manejo de Camarão para as demais comunidades 60

IV. Aprendendo com a realidade: resultados, lições e desafios 66

V. Referências Bibliográficas e Documentos Consultados 74

Lista de figuras

Figura 1 - Localização do Arquipélago do Marajó no Estado do Pará. 21
Figura 2 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá até meados dos anos 1970. 37
Figura 3 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da introdução do matapi. 38
Figura 4 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da intensificação do uso do matapi. 40
Figura 5 - Síntese da atividade de pesca realizada pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da introdução do manejo de camarão. 45
Figura 6 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da introdução do manejo. 51
Figura 7 - Síntese dos procedimentos adotados pelas famílias extrativistas de Gurupá para a pesca do camarão a partir do Projeto de Manejo 59
Figura 8 - Síntese do desenvolvimento metodológico do Projeto de Manejo de Camarão em Gurupá, Pará. 61
Figura 9 - Esquema de funcionamento do conselho gestor do Projeto Manejo Comunitário de Camarão apoiado pela Petrobras. 62
Figura 10 - Linha do tempo da expansão do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão em Gurupá, Pará 67

Lista de quadros

Quadro 1 - Tipos de estabelecimento. 30
Quadro 2 - Caracterização do número de escolas e de professores das redes de ensino no município de Gurupá. 32
Quadro 3 - Problemas ocasionados pela intensificação da pesca do camarão em Gurupá, Pará. 40
Quadro 4 - Síntese das ações da Ataic na Ilha das Cinzas. 55
Quadro 5 - Composição do comitê gestor do projeto de Manejo Comunitário de Camarão em Gurupá, Pará. 62
Quadro 6 - Indicadores de resultados do monitoramento do manejo de camarão de água doce em Gurupá, Pará. 69
Quadro 7 - Resultados de sustentabilidade do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão em Ilha das Cinzas, Gurupá, Pará. 70

Lista de siglas

Aproja	Associação dos Produtores Rurais do Rio Jaburu
Ataedi	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito de Itatupã
Ataic	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CFR	Casa Familiar Rural
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FNO	Fundo Constitucional do Norte
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	*Interchurch Organization for Development Cooperation* (Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Laet	Laboratório Agroecológico da Transamazônica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Naea	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PDA	Projetos Demonstrativos
PIB	Produto Interno Bruto
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPJ	Projeto Profissional do Jovem
ProVárzea	Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
SAF	Sistema Agroflorestal
Sepof	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças.
Seppir	Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEP	Unidade de Estudo e Produção
UFPA	Universidade Federal do Pará

Foto: acervo IEB

1 Introdução

I. Introdução

A publicação ***Manejo comunitário de camarão e sua relação com a conservação da floresta no estuário do rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA*** objetiva sistematizar a experiência e compartilhar o conhecimento sobre o **Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce**, desenvolvido no município de Gurupá.

Essa sistematização é expressão da parceria entre o Instituto Gurupá, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (Ataic) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). O processo de sistematização envolveu Associações e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), apoiados pelo Instituto Gurupá.

O foco da sistematização é a experiência do manejo comunitário de camarão de água doce e sua inter-relação com o aproveitamento dos recursos naturais na Ilha das Cinzas e demais comunidades no município de Gurupá, situado no Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará.

Essa região, segundo Barthem (1997), abrange 6.112.000 km^2 e representa um terço da área drenada da América do Sul, cuja descarga contribui para a formação de uma imensa área estuarina, que se destaca tanto por sua expressiva dimensão, quanto pela mistura de águas continentais e marinhas.

A atividade pesqueira do camarão de água doce da espécie *Macrobrachium amazonicum* – conhecido popularmente como camarão canela, camarão comum e/ou camarão regional – é realizada por um número estimado de 10 mil famílias na grande região das ilhas do estuário amazônico. Essa região integra diversos rios, lagos e outros tipos de cursos hídricos, grandes e pequenos.

O produto da pesca do camarão é de grande importância na vida das populações amazônicas, especialmente das ribeirinhas, como fonte de alimento, ocupação e renda. O camarão também tem importância cultural para essas populações, visto que é ingrediente frequente em pratos típicos regionais. Do ponto de vista biológico, é de vital importância na cadeia alimentar da fauna aquática da região.

Apesar disso, há poucos estudos sobre a biologia e a dinâmica da produção da espécie. O ritmo e a forma desordenada de exploração têm implicado em prejuízos

ambientais. Por outro lado, há certo grau de dependência de alguns grupos sociais em relação à atividade da pesca de camarão.

A importância da atividade da pesca do camarão e da espécie *Macrobrachium amazonicum* para a manutenção de outras espécies aquáticas estimulou a **Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas – Ataic**, do município de Gurupá, a sistematizar a experiência do **Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce**, respaldada pelos conhecimentos acumulados e práticas desenvolvidas há mais de 10 anos.

Os resultados ambientais, sociais e econômicos têm demonstrado a eficácia das práticas de manejo utilizadas pelas comunidades. Dessa forma, verificou-se a importância de reunir representantes de grupos sociais envolvidos com a atividade do manejo comunitário de camarão de água doce para debater o processo, os problemas e desafios, sistematizando as iniciativas promissoras e propostas de ações que possam potencializar a atividade. A expectativa é relacionar o incremento econômico com a conservação ambiental, na perspectiva de comprometer instituições públicas afins e a sociedade civil com vistas ao fortalecimento e multiplicação da experiência.

A publicação está dividida em três partes inter-relacionadas. A primeira apresenta uma breve contextualização histórica do município de Gurupá, a caracterização do meio biofísico e elementos socioculturais e ambientais. A segunda parte descreve a construção da experiência vivida pelas famílias da Ilha das Cinzas e de outras comunidades do município, destacando os aspectos metodológicos, desenvolvimento das técnicas inovadoras do manejo do camarão e a relação com os recursos florestais existentes na dinâmica das famílias ribeirinhas de Gurupá. Finalmente, a terceira parte descreve as lições aprendidas, bem como os desafios traçados para a continuidade do desenvolvimento das comunidades envolvidas no projeto.

Sistematização: processo e construção coletiva

O objeto da sistematização é a experiência de manejo comunitário de camarão na Ilha das Cinzas e sua relação com o manejo integrado dos recursos naturais como fator de desenvolvimento comunitário.

A sistematização foi concebida num processo e construção coletiva, aglutinadora da diversidade de atores sociais e significados atribuídos à experiência, inspirado em Holliday[1] (2006), que concebe sistematização como:

[1] Oscar Jara Holliday é um educador popular peruano com vasta experiência latino-americana em sistematização de experiências e trabalho dedicado às camadas populares do campo e da cidade.

"... aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo, a experiência foi sendo registrada..."

Metodologia desenvolvida pelo Movimento de Educação Popular da América Latina, a sistematização de experiências é uma ferramenta que (re) valoriza e (re) afirma os conhecimentos gerados pelas comunidades locais. É considerada um exercício que se refere, necessariamente, a experiências práticas concretas.

As reflexões de Holliday (2006) são ferramentas metodológicas que nortearam o processo de sistematização. Para o autor, a teorização sobre a prática é um diferencial qualitativo da sistematização em relação a outros processos de reflexão.

Os processos sociais são apreendidos na sistematização de experiências como uma totalidade complexa em que seus elementos se inter-relacionam e são perpassados por contradições, conflitos e aprendizagens significativas, contribuindo, dessa forma, para a (re) apropriação da realidade, sendo a prática mediada pela reflexão teórica.

O sentido de sistematizar algo se constitui num meio em função de determinados objetivos. Nesse sentido, os **objetivos da sistematização da experiência, construídos na Oficina de Sistematização em Gurupá**[2], podem ser assim enunciados:

Balizado por um Termo de Referência, o processo de sistematização foi organizado contemplando diversos procedimentos metodológicos, com ênfase em pesquisa bibliográfica, análise documental e discussão coletiva com os grupos sociais envolvidos na experiência. O cronograma da sistematização abrangeu um período de seis meses, entre junho e dezembro de 2009.

Objetivos da sistematização

- ✓ Divulgar a experiência
- ✓ Fazer um resgate histórico da iniciativa
- ✓ Compartilhar conhecimentos
- ✓ Valorizar os saberes locais
- ✓ Potencializar o material produzido em diversas instituições

[2] Oficina de Sistematização realizada pelo IEB em Gurupá, em julho de 2010, para discutir os objetivos e planejamento de realização da sistematização.

Foto: acervo IEB

Debate durante as oficinas de sistematização.

A **pesquisa bibliográfica** abrangeu produções acadêmicas, relatos de experiências, entre outras literaturas relacionadas ao objeto da sistematização e a temáticas correlatas à **análise documental** consistiu no estudo de dados primários e secundários, relatórios, reportagens, registro fotográfico etc. As **discussões coletivas** foram dinamizadas por meio de reuniões de trabalho da Comissão de Sistematização, visitas *in loco* nas comunidades e às famílias de pescadores e realização de oficina de capacitação sobre sistematização de experiências.

A partir desse processo vivencial os dados foram organizados, sistematizados e analisados, culminando com a elaboração do relatório final e preparação desta publicação.

Há diversos instrumentos que podem ser utilizados na sistematização. Em sua metodologia há maior flexibilidade do que nas metodologias de planejamento, monitoramento e avaliação de programas ambientais (PDA/PPG7)[3] ou em projetos de pesquisa. As diretrizes metodológicas que nortearam esta sistematização estão baseadas na **parti-**

[3] Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA, implementado por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), cuja missão é *"Estimular, fomentar e disseminar experiências locais/regionais de produção e manejo sustentáveis de recursos naturais e de proteção da Amazônia e da Mata Atlântica, por meio de projetos demonstrativos, que visem contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas socioambientais, econômicas e de fortalecimento comunitário/institucional"*

cipação efetiva dos grupos familiares e no **acúmulo de experiências constituídas em função de suas práticas sociais**. Outro aspecto fundamental é a **valorização do conhecimento e dos saberes ambientais** acumulados por esses grupos nos processos e técnicas de uso e gestão de seu meio natural.

Referenciada nas diretrizes metodológicas enunciadas, fundamentadas principalmente em Holliday (2006) e Chavez-Tafur (2007), a sistematização foi realizada em três etapas interdependentes:

1) Construção de uma capacidade local de sistematização da experiência de manejo de camarão a partir da realização de um curso sobre sistematização de experiências;
2) Realização das atividades de sistematização a partir de três elementos constitutivos: a) **resgate da situação inicial** vivida pelo grupo antes da implementação do processo de manejo da pesca do camarão com uma caracterização geral do contexto e dos pressupostos que orientaram as ações posteriores dos grupos e organizações; b) **descrição e análise crítica do processo** de manejo da pesca do camarão e sua relação com a regularização fundiária e manejo dos demais recursos naturais na região; c) **identificação das lições aprendidas e de novos conhecimentos apropriados no** processo em comparação aos pressupostos iniciais; e
3) Socialização dos resultados sistematizados e reflexão coletiva que objetivou a incorporação das contribuições dos atores envolvidos no processo de sistematização da experiência.

Grupo de participantes após oficina de sistematização.

Foto: acervo IEB

Foto: acervo IEB

II

Gurupá:
contexto histórico e dimensão socioambiental

II. Gurupá: contexto histórico e dimensão socioambiental

2.1. Contexto histórico: tempo e espaço em Gurupá

O Arquipélago do Marajó está localizado na foz do rio Amazonas e é o maior arquipélago fluvio-marinho do mundo, abrigando 50.000 km^2 de ricas belezas naturais e múltiplas diversidades culturais, sociais e ambientais.

As contradições do processo de antropização do meio situam os 16 municípios do Arquipélago do Marajó, incluindo Gurupá, entre os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pará e do Brasil.

Historicamente tributários de tribos indígenas Aruans, Aruak, Sacacas, Caias, Nheengaíbas e Araris, os municípios marajoaras possuem importância histórica significativa no processo de ocupação da Amazônia.

Os modos de produção e de existência material e simbólica das populações tradicionais amazônicas estiveram associados principalmente ao extrativismo, aliado à criação extensiva de gado, à agricultura de consumo familiar e à pesca artesanal. Tais atividades constituíram-se a força propulsora da economia regional.

O município de Gurupá, habitado por indígenas nos seus primórdios, foi ocupado por ingleses e holandeses antes de os portugueses se instalarem no Pará. Na estratégia de defesa dos empreendimentos erguidos e das relações de troca estabelecidas com os indígenas, ingleses e holandeses construíram (ben)feitorias e pontos fortificados, entre os quais o Forte Mariocai, situado à margem direita do rio Amazonas, onde hoje está situada a sede municipal de Gurupá (SEPOF, 2008).

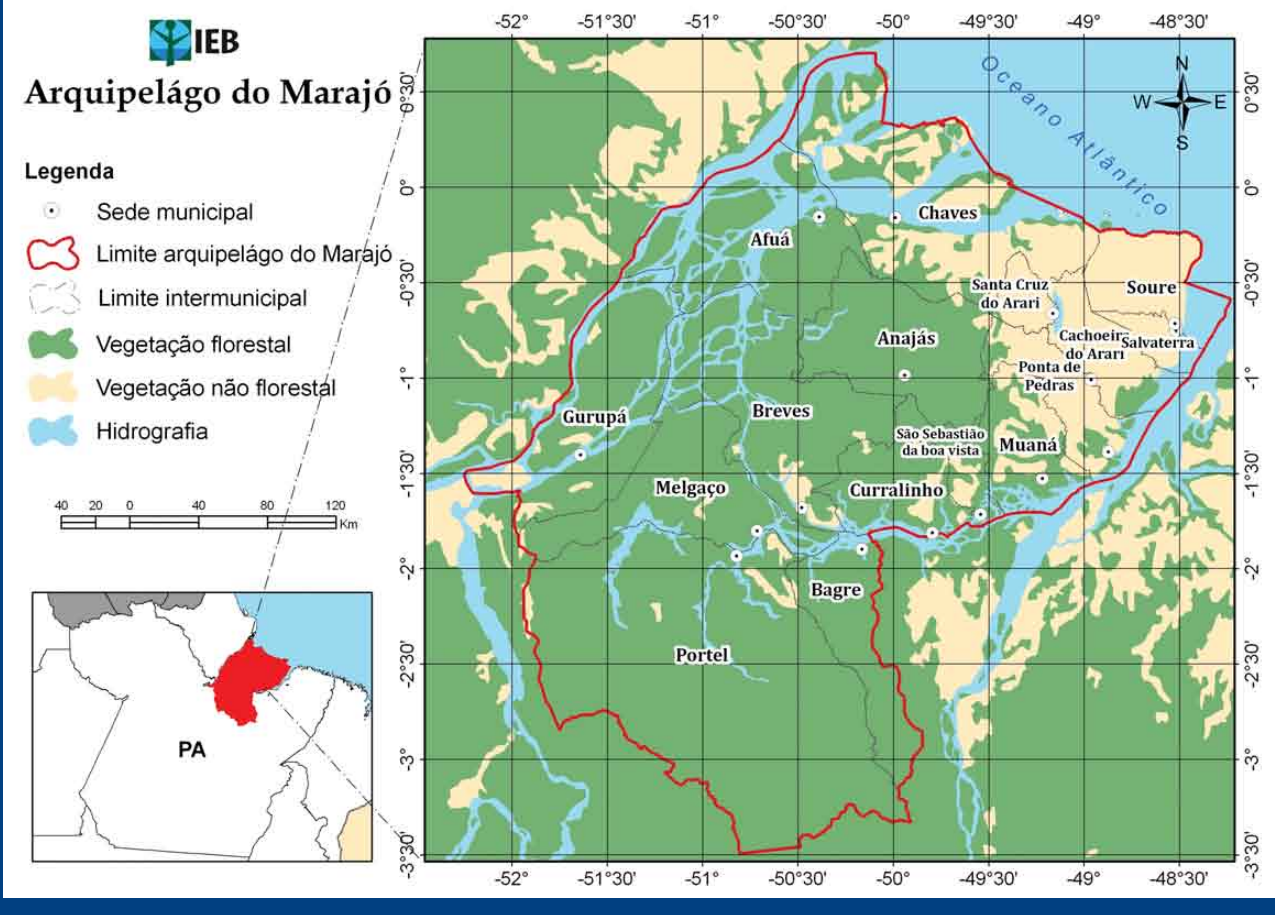
A formação administrativa de Gurupá data do século 17, ano de 1639, marco da elevação à categoria de vila. No século 19, passou à condição de cidade por meio da Lei

Provincial nº 1.209, de 11 de novembro de 1885, tendo passado por diversas modificações administrativas nas décadas seguintes. A divisão administrativa em três distritos – Gurupá, Carrazedo e Itatupã –, atualizada em 2005, mantém a divisão territorial instituída em 1º de julho de 1960, segundo o IBGE (2006).

Pertencente à mesorregião do Marajó e microrregião de Portel, o município de Gurupá possui localização privilegiada no estuário amazônico. A Figura 1 situa o Arquipélago do Marajó no Estado do Pará.

Vale ressaltar ainda que o município de Gurupá tem uma importância histórica no conhecimento sobre a realidade amazô-

Figura 1 - Localização do Arquipélago do Marajó no Estado do Pará.



nica. Os clássicos estudos dos antropólogos Wagley (1988) e Galvão (1955) são evidências inequívocas dessa importância. Charles Wagley[4], antropólogo estadunidense, fez sua primeira viagem à pequena comunidade de Itá[5] em 1942. O reconhecimento da pouca importância que a cultura amazônica tinha na literatura mundial naquele contexto histórico estimulou o antropólogo a estudar sobre as pessoas e seus modos de produzir a existência material e simbólica na Amazônia. Em 1945 retornou à região e à comunidade de Itá e produziu e publicou seu renomado livro *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*, uma obra de referência sobre Gurupá.

Historicamente, a pesca tem sido um elemento constitutivo da cultura local em Gurupá. Wagley (1988) afirmou no contexto da década de 1940:

> *"... Todas as tardes podem-se observar a gente de Itá percorrendo o rio, para baixo e para cima em suas canoas, para pescar durante algumas horas, e os homens ficam às vezes lançando as linhas até tarde da noite..."*

A obra do importante antropólogo[6] brasileiro (1955) Eduardo Galvão, intitulada *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá,* faz uma contextualização histórica e aborda o modo de vida em Gurupá em meados do século 20. Muitos elementos da realidade de Gurupá de outrora ainda hoje estão presentes, a exemplo das relações do sistema de aviamento. Galvão (1955 p. 24-35) descreveu Itá assim:

> *"A cidade está situada num barranco elevado que domina o rio e defronta-se com um grande número de ilhas... A população da comunidade divide-se, segundo os moradores de Itá, em três categorias: a gente da cidade, que engloba todos os moradores urbanos; os roceiros pequenos agricultores dos sítios vizinhos; os caboclos da beira, seringueiros e habitantes das ilhas... O "caboclo da beira" e o roceiro partilham do mesmo padrão cultural, salvo diferenças naquilo que os obriga duas ocupações diferentes..."*

[4] Charles Wagley foi indicado em 1942 para fazer parte do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), atual Funasa. Naquela época já tinha muito prestígio acadêmico e social como conhecedor da realidade rural brasileira a partir de um estudo sobre os índios *Tenetehara*, tribo que interagia com populações rurais da região.
[5] Nome fictício que atribuiu ao município de Gurupá.
[6] Foi orientando de Doutorado de Charles Wagley.

O município se estende por 8.540 km² e abriga uma população de 24.384 habitantes, com uma densidade demográfica de 2,86 habitantes/km², segundo dados da Contagem da População 2007 (IBGE, 2008). Entre 1991 e 2000 o crescimento populacional variou 2,21%. Nesse período, a população do município era predominantemente rural, correspondendo a 71,5% do total de habitantes (IBGE, 2000)

A via fluvial é o principal meio de acesso a Gurupá. O município está distante aproximadamente 500 km de Belém, capital do Estado do Pará, num percurso que dura entre 24 e 26 horas de barco.

O rio Amazonas é a força da natureza que abriga a diversidade ambiental e sociocultural de Gurupá, e as ilhas e a várzea são suas principais expressões. Estudo realizado pelo Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), revela que 70% da área do município são de várzea. Além disso, Oliveira Jr. (1991) analisa que a Ilha Grande de Gurupá é detentora de 18,3% da rede hidrográfica contígua da região.

O tempo e o espaço de Gurupá se situam num contexto mais amplo da região amazônica. No século 20, com a queda da economia da borracha, um dos principais produtos extrativos entre meados do século 19 e 20, a região experimentou um período de estagnação. Após a II Guerra Mundial e o advento da Ditadura Militar no Brasil o espaço socioeconômico da Amazônia foi considerado estratégico para a acumulação capitalista.

O desenvolvimento regional passou a ser a tônica de muitas políticas governamentais, como foi analisado por Mendes (1978) e outros autores. A industrialização no Centro-Sul do país se expandiu, levando à necessidade de expansão do seu mercado consumidor, o que estimulou a propalada integração regional do Brasil, do Centro-Sul à Amazônia.

As desigualdades entre as regiões do país eram evidentes e a Amazônia exercia um papel coadjuvante naquele cenário. Na prática, a expansão do mercado consumidor do Centro-Sul do país implicou na desarticulação de vários segmentos da produção na região, por exemplo, de fábricas de calçados e de refrigerantes. Isto porque muitas entraram em colapso a partir da comercialização de produtos de outras regiões do país, o que afetou a economia amazônica.

As riquezas naturais e minerais da Amazônia passaram a ser objeto de cobiça internacional e nacional. A política desenvolvimentista que passou a vigorar no Brasil desde os anos 1950 foi intensificada nos governos militares, que conceberam a Amazônia – no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974-1979 – como o espaço privilegiado para a implantação de megaprojetos, a exemplo do Programa Grande Carajás, Albrás-Alunorte e Hidrelétrica de Tucuruí.

Se por um lado tal política oportunizou a alteração significativa dos indicadores macroeconômicos da região e do Pará, por outro, implicou também na desarticulação da economia local e nas formas próprias de

produção da população, acentuando os contrastes sociais e provocando impactos ambientais na região.

O crescimento econômico expressivo verificado no Pará entre 1970 e 1985 não foi acompanhado de políticas sociais compatíveis. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período cresceu 2,85 vezes, o incremento do PIB regional foi de 5,45 vezes, e no Pará, foi de 5,08 vezes, como assinala Brito *et al.* (1993).

A elevação do PIB no Pará, contudo, não foi acompanhada pela melhoria de renda e qualidade de vida da população. Pelo contrário, o processo de exclusão social se acentuou com a presença de grandes empresas, a política de incentivos fiscais e a intensificação da exploração dos recursos naturais.

As atividades do setor primário foram paulatinamente sucumbindo no cenário desenvolvimentista, e o arquipélago do Marajó, marcado historicamente pelo extrativismo, pesca e pecuária, assumiu papel coadjuvante no desenvolvimento do Estado.

2.2. Dimensão socioambiental de Gurupá

A diversidade socioambiental de Gurupá se manifesta em múltiplos aspectos: naturais, culturais, econômicos, educacionais, entre outros.

A presença de populações tradicionais e de agricultores familiares é marcante na região. Assim, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas constituem a diversidade da população rural e imprimem suas marcas culturais e nas práticas de manejo na região.

Levantamento realizado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Naea/UFPA, assim como estudos feitos até 2006 pela Fundação Cultural Palmares por meio do Programa Raízes[7] e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), entre outros, revelam que no Pará há 410 comunidades remanescentes de quilombos, distribuídas em 49 municípios. Na mesorregião do Marajó é apontada a existência de aproximadamente 40 comunidades quilombolas, situadas em nove municípios. Gurupá é o único município cujas terras quilombolas já estão reconhecidas e regularizadas.

[7] Programa instituído pelo Governo do Estado por meio do Decreto nº. 4.054, de 12 de maio de 2000. Foi configurado institucionalmente como um portal de articulação das ações governamentais do Estado junto a populações tradicionais paraenses, principalmente quilombolas e indígenas.

A luta organizada dos diversos segmentos sociais engajados na conservação e sustentabilidade socioambiental e a atuação do poder público possibilitou a institucionalização de seis Unidades de Conservação federais (UC) no Marajó, totalizando uma área de 726.653 hectares, que correspondem a 7% da área total do Arquipélago. Dessas, duas estão localizadas no município de Gurupá: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Itatupã-Baquiá e a Reserva Extrativista (Resex) Gurupá-Melgaço. Ambas as UCs são reconhecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e estão na categoria de UCs de uso sustentável, cujo objetivo é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações residentes.

A RDS de Itatupã-Baquiá[8], que compreende 64.753 hectares, abriga populações tradicionais que praticam o manejo sustentável dos recursos naturais, valorizando as condições ecológicas locais e contribuindo para a manutenção da diversidade biológica.

A criação da Resex Gurupá-Melgaço[9] é mais uma demonstração da necessidade

Foto: acervo IEB

O rio é o principal cenário por onde se desenvolve a dinâmica econômica e social de Gurupá.

[8] Instituída pelo Decreto s/nº, de 14 de junho de 2005.
[9] Criada por meio de Decreto Presidencial s/nº publicado no Diário Oficial da União de 30 de Novembro de 2006.

de conservação socioambiental da região. Ocupando 145.297 hectares, o objetivo da Resex está estabelecido no Art. 2º: "A Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

O Art. 3º do Decreto estabelece a competência da gestão ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o qual deve adotar as medidas necessárias para sua implantação e controle, providenciar o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista a ser celebrado junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Destaca-se ainda como outra forma de ocupação e aproveitamento dos recur-

Os relatos na oficina de sistematização apontaram que, no passado, pessoas e empresas alheias à região praticavam a caça predatória de pássaros, jacaré e peixe-boi para fins comerciais.

Essas práticas impactaram e degradaram o ambiente, ocasionando a extinção de espécies e a escassez de peixes, além da poluição dos rios, provocada pelos resíduos de palmito e madeira, e do assoreamento dos rios e igarapés.

sos naturais do município a criação de 35 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) em ilhas localizadas em oito municípios do Arquipélago, inclusive Gurupá. O PAE é um instrumento da política de reforma agrária no Brasil criado para regularizar a terra para populações tradicionais, extrativistas e ribeirinhas que já moram em uma área e que usam a floresta para sua sobrevivência. O PAE pode ser criado nas terras sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dos Estados ou da União, nos terrenos de várzea e em ilhas (CIFOR, 2008). A criação dos PAE foi uma resposta à reivindicação histórica de inclusão social de pequenos agricultores que demandavam apoio à produção, moradias e saneamento básico. Na Ilha das Cinzas e em Urutaí foi implantado um dos primeiros assentamentos agroextrativistas do Pará, em 2004.

Foto: acervo IEB

2.2.1. Elementos da dinâmica econômica local

Gurupá tem uma economia local baseada historicamente no extrativismo de produtos das águas e das florestas, cuja forma de relação social de produção foi hegemonizada pelo sistema de aviamento[10]. Esse sistema consiste no adiantamento de bens de consumo e instrumentos de trabalho pelo comerciante ao produtor, cuja restituição da dívida contraída é assegurada pela entrega de produtos extrativos e agrícolas.

O sistema de aviamento foi apontado por Wagley (1988), na década de 1950, como um elemento estruturante e dinamizador das relações sociais na Amazônia. Aramburu (1994) sintetiza o significado do sistema assim:

> *"O aviamento, como diversos autores salientaram, une o mundo caboclo, por mais isolado que esteja, à sociedade regional e nacional, e em última instância ao mercado mundial. Paradoxalmente, era a maneira de introduzir o caboclo na divisão internacional do trabalho, na "modernidade" do mercado mundial, e, ao mesmo tempo, a principal barreira ao desenvolvimento e à modernização da vida e das relações sociais na Amazônia."*

O extrativismo da ucuúba, andiroba, pracaxi, entre outros, é rememorado pelos agricultores como uma produção comercial expressiva no passado. Hoje, esse extrativismo já não é mais praticado em escala comercial e foi substituído por outros produtos mais valorizados economicamente, tais como o açaí, a madeira e o camarão.

O sistema de aviamento predominou na região amazônica desde o período colonial e se consolidou enquanto sistema de comercialização durante o domínio da produção da borracha, conferindo um processo identitário das formas de produção e troca, como define Aramburu (1994).

Os ribeirinhos de Gurupá destacaram essa forma de relação com os patrões em épocas passadas, conforme sintetiza um pescador local em seu relato:

[10] Aramburu (1994) aponta a existência de vasta literatura que trata da descrição, características gerais e análise do sistema de aviamento.

"A presença do patrão era muito forte nessa época, pois ele financiava os apetrechos de trabalho. Em troca, a mercadoria só poderia ser vendida para ele, o patrão. Era sempre no sistema de troca da mercadoria vezes a produção. Ou seja, ele financiava a questão da seringueira, financiava a tigela, financiava a faca de cortar, a machadinha e, no roçado, o machado, o terçado e tal. Mas aí a produção, em troca, tinha que ir para o patrão e, com isso, as famílias, os produtores não chegavam a ver a renda financeira. Não sei se era Seu Manoel Raimundo ou Seu Zeca que diz que ele juntava o murmuru, tudo que era da floresta e tudo que se imagina era comercializado e, quando chegava lá, o patrão ia contar tudinho e sempre tinha um débito."

Baixinho,
morador da Ilha das Cinzas.

A produção da borracha na Amazônia intensificou o crescimento do extrativismo e favoreceu a acumulação de riquezas apropriada pelo capital mercantil, estimulada pela ciranda de endividamento propulsora do sistema de aviamento.

A exploração dos recursos naturais tem sido a base das relações de produção e da economia em Gurupá. Praticada por ribeirinhos e agricultores familiares, essa exploração tem sido pouco modificada ao longo das décadas, mantendo uma baixa intensidade de extração.

Os ribeirinhos e agricultores familiares de Gurupá constituem o campesinato da região. Eles habitam as áreas de várzea localizadas nas ilhas ao longo dos cursos dos rios e igarapés da região. O *modus vivendis* dos ribeirinhos é determinado pela dinâmica das águas, elemento constitutivo de suas práticas produtivas e culturais.

Os agricultores familiares habitam as áreas de terra firme, em comunidades rurais próximas aos rios e igarapés. Sua atividade produtiva está centrada no trabalho familiar com ênfase no extrativismo da madeira e na agricultura, principalmente lavoura de mandioca.

Na oficina de sistematização, os/as agricultores/as destacaram a produção da borracha e a extração do látex como alguns dos elementos marcantes na história local de Gurupá.

Foto: acervo ATAIC

A política governamental da década de 1970 de financiar empresas com recursos públicos e estimular a inserção da Amazônia no mercado internacional incentivou a presença de grandes empresas na região. Essas empresas intensificaram a exploração dos recursos naturais, como a madeira, pela Jari, Brumasa-Trevo, Eidai, Madenorte, entre outras; e a extração e comercialização do palmito, por empresas como a Riomar e a Pamar.

O PIB per capita de Gurupá em 2006 foi de R$ 2.182,00, correspondendo a 35% do PIB per capita do Pará, que foi R$ 6.241,00. O município está situado entre os 104 municípios paraenses que não compõem o grupo dos 19 maiores e nem dos 10 menores PIB per capita do Estado.

Historicamente, as relações comerciais foram marcadas por trocas desiguais que favoreciam a acumulação do capital em detrimento do fortalecimento da economia local.

A agricultura familiar camponesa é dominante na região. Dados do Censo Agropecuário de 2006 (resultados preliminares) do IBGE revelam os tipos de estabelecimento predominantes no município, como é demonstrado no Quadro 1.

As aves representam o maior quantitativo de produção dos sistemas de criação nos estabelecimentos familiares, totalizando 10.266 cabeças, seguidas dos suínos, com 6.598 cabeças. Na atividade agropecuária dominam o rebanho bubalino, com 3.378 cabeças, e o bovino, com 2.118 cabeças. A produção de leite mais expressiva é a de búfala, com 413.000 litros anuais, seguido do leite de vaca, com 20.000 litros anuais (Censo Agropecuário 2006, IBGE).

A extração vegetal e a silvicultura são representativas, sendo o extrativismo do açaí a cultura mais valorizada econômica e culturalmente e cuja produção é bastante expressiva. Outros produtos extrativos importantes no município são a castanha-do-pará, o palmito do açaí e a madeira em tora para produção de carvão vegetal e lenha.

Quadro 1 - Tipos de estabelecimento.

Tipo de estabelecimento	Quantidade
Estabelecimentos agropecuários	2.426
Estabelecimentos com lavoura permanente	1.954
Estabelecimentos com matas e florestas	1.504
Estabelecimentos com lavouras temporárias	1.014
Estabelecimentos com pastagens naturais	95

2.2.2. Educação: direito humano e formação sintonizada com a realidade local

A realidade educacional de Gurupá é um vetor social importante na dimensão socioambiental. A discussão sobre a educação emergiu no seminário de sistematização a partir da reflexão das mulheres sobre a importância da escolarização. O reconhecimento da educação como prática social e possibilidade de emancipação estimulou o Grupo de Mulheres a conquistar para a comunidade a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio da implantação do Programa Brasil Alfabetizado[11] do governo federal. Na opinião das mulheres, a apropriação do ato de ler e escrever é mais do que um código, é uma possibilidade de ler o mundo, como nos disse Paulo Freire.

A escola na comunidade da Ilha das Cinzas também é um instrumento de mobilização social e de trabalho coletivo liderado pelas mulheres e que engajou homens e a comunidade de maneira mais ampla. Assim contou Josi Malheiros, moradora da Ilha das Cinzas:

"...e aí nós passamos a discutir problemas da escola e a tudo que nós nos propusemos a fazer até hoje nós fizemos. Por exemplo, a escola passou um tempão descoberta, pois os homens não tomavam nenhuma atitude porque era um trabalho da prefeitura. Aí, no final do ano, nós resolvemos tirar a ressaca do dia de ano novo, no dia 2 de janeiro, cobrindo essa escola. Nós juntamos 4 ou 5 mulheres e começamos a cobrir a escola. Quando deu meio dia, tinha uns 10 homens aí. (...) Aí (..) nós fomos fazer o almoço. Eu fiz uma caipirinha e era homem cobrindo... O que aconteceu: cobriram a escola. A gente começou o trabalho porque aqui é assim: se tem alguém que incentiva o trabalho coletivo ele funciona muito bem. E essa parte de coordenação de mutirão o grupo de mulheres faz muito bem. Geralmente coordena, organiza, faz essa parte e, assim, nós conseguimos mostrar e também entender que nós éramos capazes de fazer qualquer coisa, né? Nós descobrimos a vontade."

Josi Malheiros,
moradora da Ilha das Cinzas.

[11] Desde 2003 o MEC realiza o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O programa é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=86).

Foto: acervo ATAIC

A educação formal é assegurada pelo poder público no bojo de uma dinâmica educacional municipalizada, em que o Estado assume o Ensino Médio e o município se responsabiliza pela Educação Infantil e Ensino Fundamental. O Quadro 2 mostra a oferta educacional no município.

É da Casa Familiar Rural (CFR) de Gurupá, no entanto, que vem uma das experiências educacionais mais significativas em nível local e estadual, resultado de lutas e conquistas coletivas.

Em 1997 o STR instaurou o processo de discussão e mobilização social na perspectiva de criar a Associação da Casa Familiar Rural do Município de Gurupá. A iniciativa culminou com a fundação da CFR, em 2 de agosto de 1998, e na escolha da primeira Diretoria, que conduziu os trabalhos a partir de então.

No dia 19 de março de 2000 a inauguração da CFR traduziu o processo de organização e mobilização social em Gurupá, em que a educação é reconhecida como importante prática social para a construção da sustentabilidade local.

As dependências físicas da CFR atualmente contemplam: i) salas de aula; ii) biblioteca; iii) unidades de estudo; e iv) Unidade de Estudo e Produção (UEP). As UEPs são um

Quadro 2 - Caracterização do número de escolas e de professores das redes de ensino no município de Gurupá.

Esfera das redes de ensino	Quantidade de escolas e professores por nível de ensino					
	Educação Infantil-Pré-Escola		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Nº. de Escolas	Nº. de Professores	Nº. de Escolas	Nº. de Professores	Nº. de Escolas	Nº. de Professores
Rede Municipal	69	113	131	427	-	-
Rede Estadual	-	-	-	-	1	14
Rede Particular	-	-	1	7	1	7
Total de escolas	**69**	**113**	**132**	**434**	**2**	**21**

Fonte: IBGE Cidades (2008).

complexo de cozinha industrial, artesanato, piscicultura, criação de suínos, viveiro de mudas frutíferas e de essências florestais, horta, apicultura e sistemas agroflorestais (SAF).

Inicialmente a CFR ofertou uma turma de Ensino Fundamental, que beneficiou 30 jovens. Posteriormente ofertou mais três dessas turmas, contemplando 96 jovens. O Ensino Médio profissionalizante só foi implantado a partir de maio de 2006, com oferta de cinco turmas.

A implantação do Ensino Médio tem sido um processo inovador no Pará ao assumir a formação de Técnicos Agroextrativistas. Destaca-se como um dos elementos inovadores da proposta pedagógica da CFR o Trabalho de Conclusão de Curso, que consiste na elaboração de um Projeto Profissional do Jovem (PPJ).

A CFR de Gurupá usa o método da pedagogia da alternância, no qual os jovens combinam seu processo de escolarização com a formação profissional vinculada à sua realidade concreta.

A metodologia da alternância consiste em tempos e espaços formativos alternados: **o tempo escola e o tempo comunidade**. Os jovens passam um período na CFR adquirindo conhecimento e dialogando saberes; o ***tempo escola***. O ***tempo comunidade*** consiste na interação desses jovens em suas famílias e comunidades, onde desenvolvem pesquisa, disseminam conhecimento e técnicas aprendidos.

A educação sintonizada com a dinâmica socioambiental é um imperativo para o desenvolvimento rural sustentável. A experiência da CFR e o processo de formação continuada que o Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce oportunizou aos moradores de Gurupá, materializa a importância do compromisso de se desenvolver práticas educativas referenciadas na sustentabilidade amazônica.

Foto: acervo IEB

Foto: acervo IEB

III

Manejo comunitário de camarão: tecendo redes socioambientais

III. Manejo comunitário de camarão: tecendo redes socioambientais

O uso dos recursos naturais na Amazônia historicamente tem sido a base de sustentação para as populações locais. Os recursos do meio aquático se destacam por serem utilizados diretamente na alimentação, terem fácil aceitação no mercado e custarem menos, se comparados a outros produtos alimentícios.

A pesca é uma das atividades extrativistas mais tradicionais e importantes da Amazônia (PINTO, 2005(a)). Em Gurupá, os pescadores pescam não somente o peixe, mas também o camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicum*), um dos principais produtos de sustentação econômica das populações ribeirinhas, principalmente aquelas residentes próximo ao estuário do rio Amazonas.

Foto: acervo ATAIC

3.1. Resgatando a trajetória local da atividade da pesca

Antigamente, a pesca do camarão era realizada com pequenas redes de lancear pelas pessoas da região de Gurupá. A atividade não tinha importância como fonte de renda direta, pois seu produto era mais utilizado para suprir parte das necessidades alimentares das famílias que moravam na região. Essa dinâmica permaneceu até meados da década de 1970.

Segundo relatos das famílias locais, a pesca comercial iniciou a partir da segunda metade dos anos 1970 por barcos que vinham da mesorregião do nordeste paraense (Abaetetuba) e da microrregião de Cametá (Figura 2). Esses pescadores exploravam os recursos nas proximidades das ilhas de Gurupá utilizando várias estratégias de negociação com os moradores.

"...antes, quem pescava aqui, na verdade, eram as empresas geleiras de Abaetetuba e Cametá. Para nós, o camarão não tinha valor; ele estava aí a disposição e nós não sabíamos. Aí, as empresas já tinham experiência, vieram e começaram a pescar. Aí então davam um pouco de camarão. É essa a história. Não é do meu tempo, mas eles contam."

Bena,
morador da Ilha do Cojuba.

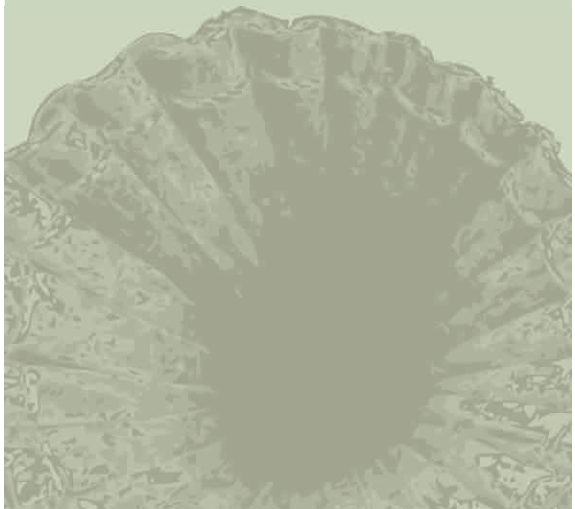


Figura 2 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá até meados dos anos 1970.

Os pescadores "de fora" introduziram o matapi na região, um instrumento até então desconhecido pelos moradores locais e que posteriormente substituiu as redes de lancear. O matapi é uma armadilha de forma cilíndrica, confeccionado com talas (fibra) de "jupati" ou "urucuri", amarradas com cipó "titica" ou "timboí". Suas extremidades são cones, que direcionam o camarão para o interior da armadilha e impedem sua saída. Posteriormente as talas naturais para confeccionar os matapis passaram a ser amarradas com fio sintético. Este material deu maior resistência às armadilhas, porém, ocasionou problemas ecológicos.

A partir da introdução do matapi estabeleceram-se outras interações, desde a prática do aluguel da praia para a exploração da pesca comercial até relações familiares e de compadrio entre os pescadores de "fora" e os ribeirinhos (figura 3). Nesse processo, as famílias das Ilhas aprenderam a pescar com o matapi e começaram a produzir excedentes. Com o passar dos anos, muitas dessas famílias deixaram de ceder suas praias para a pesca comercial e assumiram a relação comercial com os atravessadores que vendem a produção no mercado de Belém e Santarém. Essa atitude gerou muitos conflitos, causados por disputas de praias e espaços para pescar com o matapi.

Figura 3 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da introdução do matapi.

Fotos: acervo ATAIC

3.2. Pesca do camarão: o problema de superexploração dos recursos naturais

Foto: acervo ATAIC

O relato de Bena, pescador e morador da Ilha do Cojuba/Gurupá, mostra o que ocorreu com a pesca do camarão no decorrer dos anos. A demanda comercial era muito grande e as famílias passaram a viver quase que exclusivamente dessa atividade. Com o aumento da quantidade de matapis, muitos pescadores passavam o dia todo na pesca. Isto trouxe uma série de implicações para o desenvolvimento dos sistemas de produção das famílias, conforme mostra o Quadro 3.

Os problemas com a pesca do camarão foram progressivamente aumentando, culminando com a drástica diminuição de sua população nas Ilhas. A Figura 4 ilustra a dinâmica de produção do camarão instaurada pelas famílias a partir da intensificação do uso do matapi em Gurupá naquele período.

"Na época, o pessoal pescava e não tinha limite de quantidade de matapis: 200, 250, 300, 400... Essa era nossa preocupação. A comunidade começou a se preocupar e a se reunir para ver. Os pescadores começaram a reclamar que não estavam tendo mais aquele rendimento, mas a tendência deles a cada ano era aumentar a quantidade de matapis para ver se conseguiam pegar mais camarão. Era essa a preocupação deles, não era a preocupação em diminuir a quantidade de matapis para ver se aumentava a quantidade de camarão."

Bena,
morador da Ilha do Cojuba.

Quadro 3 - Problemas ocasionados pela intensificação da pesca do camarão em Gurupá, Pará.

Atividades	Principais problemas
Uso de um número maior de matapis por família	• Aumentou o tempo dedicado à pesca de camarão e impossibilitou o desenvolvimento de outras atividades produtivas.
Pesca do camarão durante todo o ano	• A superexploração reduziu a quantidade e o tamanho do camarão disponível para a pesca.
Pesca com o matapi fechado (talas juntas)	• Aumentou a captura de grande quantidade de camarão pequeno, o que comprometeu a qualidade do produto e gerou a necessidade de realizar a seleção, com perda de parte da produção da pesca; • Estimulou o uso de mão de obra infantil para a seleção do camarão, aumentando a evasão escolar no período da safra.
Cozimento do Camarão para venda	• Aumentou o uso de lenha, levando ao desmatamento; • Causou problemas de saúde com a exposição excessiva aos vapores do cozimento; • Gasto financeiro com sal para realizar o processamento do camarão para venda.

Fonte: Entrevistas com famílias de Gurupá (2009).

A partir de então, um grande número de moradores iniciou uma discussão sobre a necessidade de diminuir a pesca, para dar tempo ao camarão de se reproduzir e crescer novamente. Este momento coincidiu com a chegada da equipe da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) na região para iniciar uma série de diagnósticos visando à identificação dos problemas relacionados à gestão dos recursos naturais em Gurupá. A presença dessa equipe foi um marco importante no debate iniciado pelos moradores.

Figura 4 -Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da intensificação do uso do matapi.

3.3. Linha do tempo: dez anos do Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce

Em 1997, a Fase iniciou um trabalho de assessoria às famílias em Gurupá por meio do **Projeto Demonstrativo Gurupá**, cujo principal desafio era a construção, implantação e consolidação de referenciais de sustentabilidade para o desenvolvimento de pequenas cidades na Amazônia (IEB, 2006). Dessa forma, foi realizada uma série de diagnósticos sobre a gestão dos recursos naturais em Gurupá, dentre eles o da pesca, cujo foco inicial não era o camarão (PINTO, 2005 (b)).

O estudo sobre o manejo da pesca do camarão trouxe como principal questão a necessidade de repensar a forma de uso dos recursos pesqueiros, tendo em vista a problemática estabelecida nas comunidades com a diminuição da quantidade e da qualidade do produto.

Em setembro de 1997, foi realizado no rio Turé, Gurupá, o primeiro encontro de pescadores promovido pela equipe da Fase e organizações locais, com o tema *A Realidade do Pescador de Camarão de Gurupá*. O objetivo era debater a questão legal da atividade pesqueira; a organização política dos pescadores; e a produção, beneficiamento e comercialização de camarão.

Esse encontro pode ser considerado um marco na construção da experiência de manejo na região ao impulsionar estudos e ações com o objetivo de melhorar a pesca do camarão em Gurupá. No intuito de ampliar o debate para outras localidades do município, foi realizado outro encontro de pescadores, na comunidade de São Raimundo, Ilha Gurupaí. Mas foi na busca de resolução de um conflito entre pescadores na Ilha das Cinzas que o trabalho de experimentação e manejo desenvolvido por técnicos da Fase iniciou efetivamente, conforme é relatado abaixo.

"O meu trabalho com essa experiência de manejo de camarão Iniciou em 1997 com estudos financiados pela ICCO para elaborar projetos de apoio às comunidades. Em 1997 eu vim para cá e fiquei encarregado de pesquisar sobre a pesca. Visitei algumas comunidades, entre elas, a Ilha das Cinzas. Fizemos estudos sobre a realidade da pesca do camarão. Essa comunidade foi a que demonstrou maior interesse em viabilizar um projeto sobre manejo da pesca. Na época havia um conflito entre pescadores que disputavam algumas áreas de pesca de camarão. A resolução desse conflito de forma participativa foi o elemento motivador para o desenvolvimento da experiência"

Jorge Pinto,
colaborador do Instituto Gurupá.

• Experiências iniciais de criação de camarão em cativeiro

A equipe da Fase passou a desenvolver estudos sobre a pesca juntamente com os pescadores da Ilha das Cinzas, os quais, a partir de suas próprias iniciativas e experiência, demandaram assessoria técnica para a criação de camarão em viveiros.

As primeiras experiências de criação em cativeiro foram realizadas em construções rústicas, feitas com madeira e telas plásticas. No início foi proposta uma pesquisa aplicada da qual 10 famílias da Ilha das Cinzas se propuseram a participar. Segundo os relatos, os resultados iniciais foram desanimadores em virtude de problemas de canibalismo entre os camarões, falta de oxigenação da água e fugas provocadas por rompimento da tela do viveiro. A maior parte do camarão colocado nos viveiros havia sido perdida, causando grande frustração para as famílias, conforme o relato ao lado.

Lideranças locais, a exemplo de Baixinho, Gaúcho e Sabá mencionados no relato ao lado, insistiram na experimentação na Ilha das Cinzas, melhorando a estrutura do viveiro e monitorando com mais frequência a permanência dos camarões. O propósito principal da experiência era o armazenamento do camarão para venda na entressafra, quando o preço do produto é maior.

Após uma série de tentativas, foi percebido que os camarões permane-

"Ele [Jorge Pinto, colaborador do Instituto Gurupá] conseguiu um recurso para montar o viveiro. Fazer viveiro para pegar o camarão no Utinga e jogar dentro. Tinha certa quantia de tempo pra gente deixar lá: por 15 dias, 20 dias, dando ração pra ele crescer e ser vendido grande. Ele tava fazendo essa experiência. Foi eu, o compadre Sabá, o Gaúcho.... Aí roubaram o camarão. Então todo mundo comprou os cadeados e deixou tudo trancado. Levaram muito camarão. Teve gente que colocou 50 quilos de uma vez, você lembra?. Aí, a gente fazendo a comparação … quando fomos tirar, pela metade, vinha camarão desse tamanhinho assim, pretinho ainda. Essa não deu certo de vender camarão graúdo... Bom, a gente não queria que acontecesse isso, como não quer mesmo. Aí nós tivemos a ideia de fazer a seleção primeiro no viveiro. Tivemos a idéia de trabalhar no viveiro e colocar ele com tudo, graúdo, miúdo. Nossos viveiros eram de tela. A gente tinha muito prejuízo. Quando ia ver tava furado. Aí veio a ideia, todo mundo junto com os técnicos: vamos fazer tudo de madeira mesmo. (...) Foi aí que aprovou."

Baixinho,
morador da Ilha das Cinzas.

ciam sem problemas no viveiro por um período máximo de oito dias. Isto já era um grande resultado, pois a permanência no viveiro por este período possibilitava a venda do produto em maior quantidade e uma melhor negociação com os atravessadores.

A grande inovação foi realizada a partir das melhorias técnicas no viveiro. Foi percebido que ao deixar uma abertura de um centímetro no viveiro, os camarões menores voltavam à natureza deixando apenas os maiores.

Os pescadores passaram também a discutir sobre o Acordo de Pesca, o qual foi estabelecido em uma Assembleia Geral, em Ilha das Cinzas, como mostra o Box 1. Os acordos surgiram como uma forma de lidar com os conflitos e estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais. O Ibama publicou em 2002 a Instrução Normativa nº 29 reconhecendo os Acordos de Pesca como instrumentos de ordenamento pesqueiro e estabelecendo critérios para sua regulamentação.

Conforme essa Instrução Normativa, ficou definido por Acordo de Pesca: *um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente*.

Box 1

Ata da Assembleia Geral que estabeleceu o acordo de pesca de camarão de água doce em Gurupá, Pará.

Acordo para Pesca de Camarão de Água Doce

Em Assembléia realizada nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2006, na comunidade Ilha das Cinzas, município de Gurupá, estado do Pará, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa do Ibama número 29, de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade civil de Gurupá, representada pela Prefeitura Municipal de Gurupá, Conselho de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - CODERMA, Câmara Municipal de Gurupá, Associação Livre dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Gurupá – ALPPAR, Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha São Salvador – ATAISS, Associação dos Trabalhadores da Ilha Santa Bárbara – ATRISB, Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Turé –ATART, Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas – ATAIC, Casa Familiar Rural de Gurupá, Grupo de Mulheres em Ação da Ilha das Cinzas – GRUMAC e demais comunidades, com participação de entidades de apoio e assessoria – FASE, Fundo DEMA e do ProVárzea/Ibama, deliberou pela criação do Acordo de Pesca de camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicun*), na área de

abrangência do Município de Gurupá, sendo regido pelas determinações abaixo descritas:

1) Fica estabelecido o defeso do camarão de água doce (Macrobrachium amazonicun) no período de 01 de janeiro a 30 de abril.
2) Fica estabelecido em 70 (setenta), o número máximo de matapis permitidos a serem utilizados por família.
3) Todo matapi utilizado na pesca deve ter um espaçamento mínimo entre as talas de 0,5 cm.
4) Cada família deve utilizar viveiros com espaçamento entre malhas ou tábuas de 1 cm, permitindo o livre acesso dos camarões pequenos.
5) Não é permitida a utilização de redes de lanço na pesca de camarão.
6) Fica proibido o abandono dos resíduos da pesca do camarão nas praias ou outros ambientes de pesca.
7) É proibida a destruição ou retirada de moitas e barrancos ou qualquer vegetação que proteja as margens dos rios e igarapés e proporcionam condições de proteção e reprodução dos camarões.
8) Cada comunidade ou outra organização local devera definir os limites de respeito das áreas de pesca de cada família, através de instrumentos de decisão participativo.
9) Os pescadores vindos de outras áreas, municípios ou regiões poderão pescar, desde que se submetam às regras dispostas neste acordo.
10) Para exercer a atividade da pesca do camarão todos os pescadores devem estar com seus documentos pessoais e profissionais em dia.
11) Não se deve destruir a fauna acompanhante (filhotes de peixe, caranguejo, entre outros) que for capturada no matapi.
12) É proibido o aluguel das praias e outros ambientes de pesca do camarão.
13) A gestão deste acordo será feita por comissões comunitárias, que serão representadas pela Associação Livre dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – ALPPAR, junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – CODERMA, sendo este conselho o responsável pela gestão municipal.
14) Cada comunidade deve criar, através de processo eletivo, sua comissão até o dia 01 de abril de 2006. Esta comissão deve ser formada por 03 membros, valorizando a participação feminina na mesma, e sua eleição deve acontecer anualmente, podendo acontecer reeleição por igual período.
15) Este Acordo de Pesca entra em vigor a partir da presente data, devendo ser revisto no prazo de dois anos.

Fonte: Ataic (2006).

O manejo na pesca do camarão na Ilha das Cinzas começou a influenciar as demais comunidades do município de Gurupá. Em alguns casos já haviam experiências sendo desenvolvidas por pescadores e que foram fortalecidas pelos bons resultados obtidos na Ilha das Cinzas. A Figura 5 apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas a partir do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce.

Figura 5 - Sistema de pesca de camarão praticado pelas famílias extrativistas de Gurupá a partir da introdução do manejo.

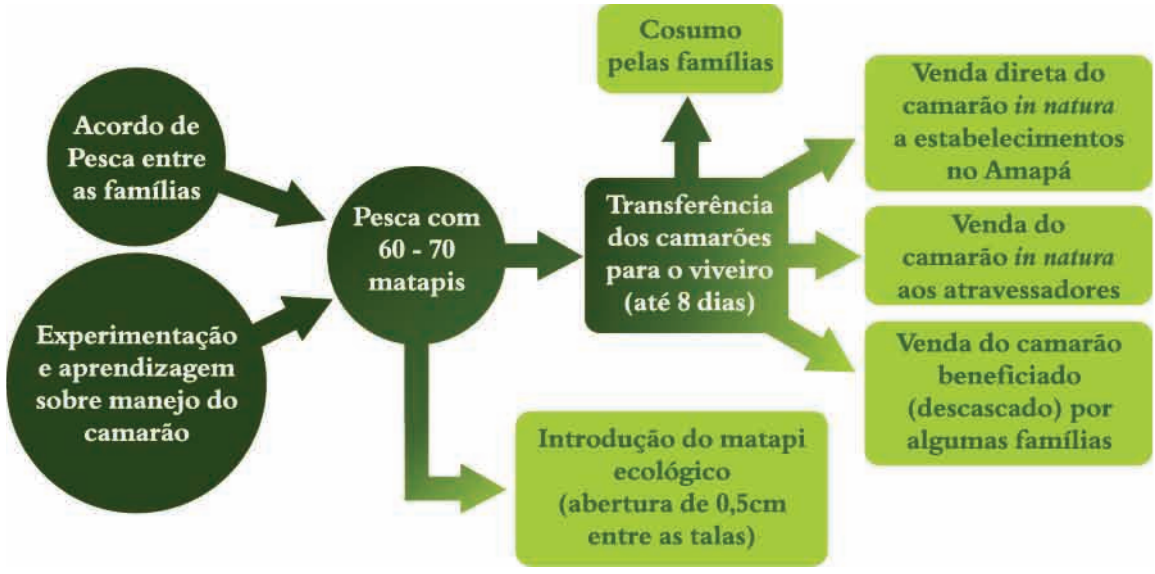


Foto: acervo ATAIC

3.4. Tecendo redes: relação do manejo do camarão com a floresta

A gestão dos recursos florestais na experiência local esteve ligada diretamente à pesca do camarão, principalmente pela manutenção das matas ciliares, principal refúgio e fonte de alimentação desses crustáceos. Estudos demonstram uma relação intrínseca entre as matas ciliares e a dinâmica dos rios no Pará. Torres (2009), por exemplo, analisou a pesca ornamental na Bacia do rio Guamá e a influência da mata ciliar no desenvolvimento e sustentabilidade da vida aquática da região.

No caso de Gurupá, a retirada indiscriminada dos açaizais das margens dos rios para extração do palmito ocasionou um impacto direto na manutenção dos estoques pesqueiros do camarão e demais espécies aquáticas.

O manejo do camarão foi tema de diversos debates nas comunidades, entre os quais sobre a interface da experiência com a gestão dos recursos naturais. No processo de sistematização foi evidenciada uma compreensão multidimensional sobre a relação do manejo do camarão com a floresta, sintetizada em três dimensões:

Foto: acervo ATAIC

[12] Puqueca é o nome da isca utilizada no matapi para atrair o camarão.

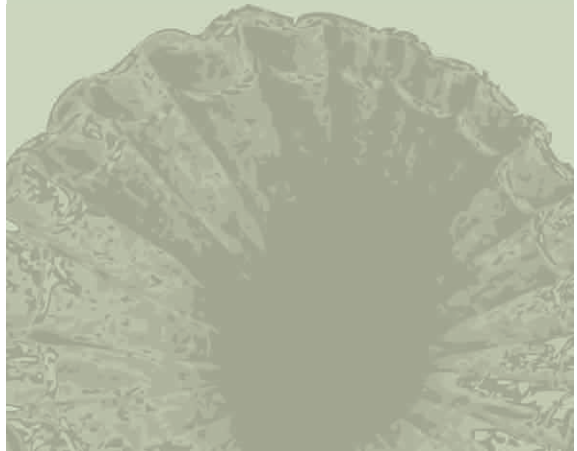
• **A relação direta dos recursos florestais com a pesca do camarão.** O uso intensivo de espécies de plantas que servem como matéria-prima para a confecção dos matapis – como o jupati, miriti e a cupuaçurana, utilizada para fazer a puqueca[12] – tem ocasionado a redução crescente dos indivíduos dessas espécies nas áreas das famílias pela falta de manejo. O desenvolvimento do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce levou os pescadores a relacionarem diretamente os produtos da floresta ao camarão, como é destacado no relato ao lado.

Apesar do depoimento dos moradores da Ilha das Cinzas e dos esforços realizados por alguns, ainda é preocupante o uso intenso dos recursos florestais utilizados na pesca do camarão, pois ainda não é feito o manejo dessas plantas.

• **A poluição dos rios com o uso de plantas venenosas para pesca.** As famílias da Ilha das Cinzas e demais comunidades utilizavam plantas que possuem princípios ativos nocivos aos animais (veneno), principalmente o *timbó*. Isto ocasionou uma diminuição drástica dos recursos pesqueiros, como foi relatado no Seminário de Sistematização: "*Há uns três anos, era a coisa mais difícil a gente ver um peixe na rede. Podia ser inverno ou verão, eu pegava minha zagaia, ia pra beira, só na zagaia, fechava duas ou três e aí ia embora. Depois disso meu amigo, foi usado muito veneno. Acabou, acabou mesmo.*"

"Como nós trabalhávamos a questão do manejo florestal, foi-se descobrindo que era da floresta que estava faltando alimento para os peixes, para os camarões e, por isso, não tinha como desenvolver e nem aumentar seu estoque. E também o manejo florestal, por meio dos ensinamentos. Ensinaram para nós que não se podia derrubar as matas ciliares, que era a proteção dos rios. E com isso nós já tínhamos estragado quase tudo. E aí o que vamos fazer com esse negócio? Então vamos deixar os ingás – sempre dá ingá – para começar a criar sombra. Para começar a criar sombra. Aqui se chama a casa de repouso dos peixes. Você pode ver, numa sombra dessas está amontoado de peixe; eles estão se escondendo do calor. Existe uma relação entre a floresta e o camarão. A diferença é que um é na água e outra e na terra, mas tudo gera rendas para as famílias"

Sabá Pena,
morador da comunidade Sarapoí.



A partir da discussão sobre os Acordos de Pesca, uma das questões debatidas foi a não utilização de venenos para pescar. As famílias definiram o Plano de uso da Ilha e estabeleceram uma série de regras coletivas visando à diminuição da poluição ambiental e à recuperação dos estoques pesqueiros. O relato a seguir é revelador da consciência coletiva.

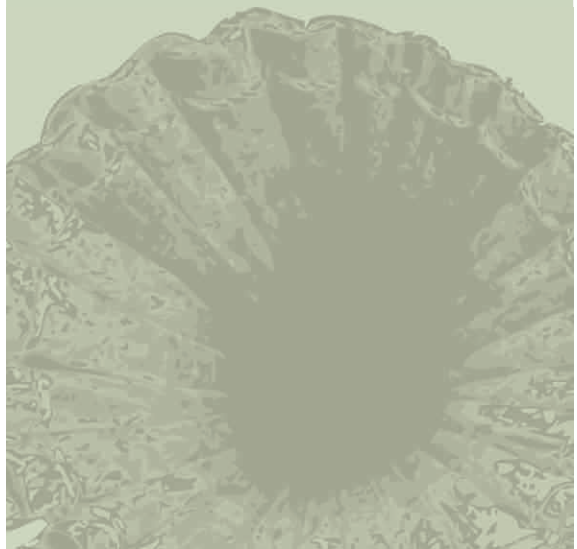
"...Por meio do plano de uso mudam muitas coisas também, porque todo mundo coloca em prática o que está definido, o que nós definimos aqui, como não poder usar veneno para matar o peixe, não poder pegar as fêmeas e filhotes de animais. Não pode invadir o lado do outro."

• **O manejo do açaizal e da floresta com o tempo economizado após a implantação do Projeto.** O principal ganho para as famílias com o manejo do camarão foi a economia de tempo, que possibilitou a diversificação das atividades produtivas. A principal é o manejo dos açaizais, prática resultante da capacitação das famílias realizada pela Fase, que resultou no aumento da produção de frutos, na organização da extração do palmito no período de defeso do camarão e no enriquecimento dos açaizais com essências florestais nativas.

O relato de uma liderança local, Sr. Baixinho, sobre a dinâmica de manejo do camarão e do açaí demonstra o aprendizado que os pescadores construíram com o uso dos recursos naturais numa perspectiva mais sustentável. Ou seja, há uma espécie de revezamento na extração dos recursos, respeitando o tempo de crescimento e reprodução.

"A relação da floresta com o manejo da pesca é que a gente começa a pesca em maio e vai até dezembro. Durante esse período a gente deixa de tirar o palmito, a madeira. Tira, mas não tanto. Aí quando termina a safra da pesca, já tem palmito graúdo que se pode tirar só de manejo. Aí começa de novo: janeiro, fevereiro, março, até abril. Quer dizer que, nesse tempo, a floresta está crescendo, está reproduzindo."

Baixinho,
morador da Ilha das Cinzas.



O manejo do açaizal foi introduzido juntamente com a discussão sobre o manejo comunitário do camarão. Os ribeirinhos inicialmente resistiram a sua implementação, contudo, à medida que percebiam as mudanças na produção de fruto, foram incorporando as práticas de manejo em áreas maiores na ilha.

O manejo do açaizal proporcionou o retorno da floresta como um todo. Com a abertura de clareiras nos açaizais pelo desbaste, uma prática de manejo, muitas espécies florestais reapareceram e foram sendo incorporadas nas ações dos ribeirinhos. A floresta renasceu com o manejo.

Os depoimentos de Sabá Pena, liderança local, revelam essa percepção dos comunitários.

Um relato recorrente dos ribeirinhos é sobre o ganho econômico com o manejo do açaizal. Além de aproveitarem as árvores manejadas para retirar o palmito no período de defeso do camarão, elas também são utilizadas para fazer pontes e cercas. Uma mudança significativa é a percepção deles sobre o uso dos resíduos das árvores manejadas como adubo.

"A produção do caroço do açaí aumenta demais na área manejada comparada à área que não é manejada. Isto porque no açaizal não manejado há grande quantidade de açaizeiros, mas não dão frutos. Às vezes, quando dá a vassoura, não vinga. Muito açaizeiro para pouca produção e aí o palmito não engrossa às vezes. Aí, se for vender o palmito dá pouca produção de novo. No ano passado nós cortamos um bocado e abriu o açaizal pra ver se aumentava a produção. (...) no caso do açaí é diferente; todo o ano tem que cortar.

Se a copa do açaizeiro fechar demais, ela afina, que nem o palmito. Aí não cacheia. Aí, como fica a touceira muito grande, ela dá aquele cabelo no chão, só que não vinga. Só dá a vassoura e cai. O que dá na safra, dá aquela quantia, também quando acaba, acaba tudo…Sendo manejado, o que acontece? ficam três "árvores", e elas vão estar com cacho graúdo e cheio. E aí muda. Quer dizer: com o manejo, fica todo tempo dando açaí, embora que não seja muito. Dizem que quando chega a safra aumenta a força do açaí. Porque a "importância" é do manejo florestal e, com isso, rebrotaram as outras "árvores", as outras palmeiras, porque abre, pois aonde fecha, fica escuro, atrasa, isto é, o pau-mulato, a ucuúba e o palmito, até a touceira de açaí. É necessário a gente manejar. É necessário a gente deixar as "árvores."

Sabá Pena,
morador da comunidade Sarapoí.

A preocupação das famílias com o meio ambiente em que vivem passou a ser constante, principalmente no que se refere à poluição dos rios e ao melhor uso dos recursos da floresta, como bens de consumo para alimentação, tratamento e prevenção de doenças, construção de casas e apetrechos de pesca. A consciência ambiental adquirida na experiência foi significativa, como revela outro depoimento do Sr. Sabá.

A pesca do camarão possui uma grande relação com os recursos florestais. A figura 6 apresenta uma síntese da pesca com o manejo do camarão e sua relação com os produtos oriundos da floresta.

"Aqui, o manejo do açaí é feito de dezembro a fevereiro. Selecionamos as árvores maiores e vendemos o palmito. Deixamos as menores para tirar o açaí, porque o risco de acidente é menor. As palmeiras de açaí que derrubo são verdes, mas elas servem pra fazer algumas pontes. E algumas ficam na área pra virar adubo. Geralmente vendemos 60 rasas de açaí por dia na época da safra".

"A questão do manejo do camarão, que trouxe uma formação consciente ao ribeirinho de se preocupar com o meio ambiente, as águas, que ele pode tratar, cuidar dos rios – Tudo o que se tinha ou sobrava era jogado na água. As reuniões, discussões, debates e esclarecimentos sobre a questão da preservação ambiental trouxe um conhecimento muito grande para as comunidades que participaram desse Projeto. A nossa preocupação com o rios, que é tão bom quanto a própria vida, significa um enriquecimento que os ribeirinhos ganharam por meio do Projeto de Manejo do Camarão (....) Tudo isso por meio desse ensinamento do manejo do camarão, nós tivemos essa rica experiência. Então, inclui o manejo do açaizal, tu maneja o açaí, tu maneja a virola, tu maneja a samaúma, tu maneja o cacau, tu maneja tudo lá dentro."

Sabá Pena,
morador da comunidade Sarapoí.

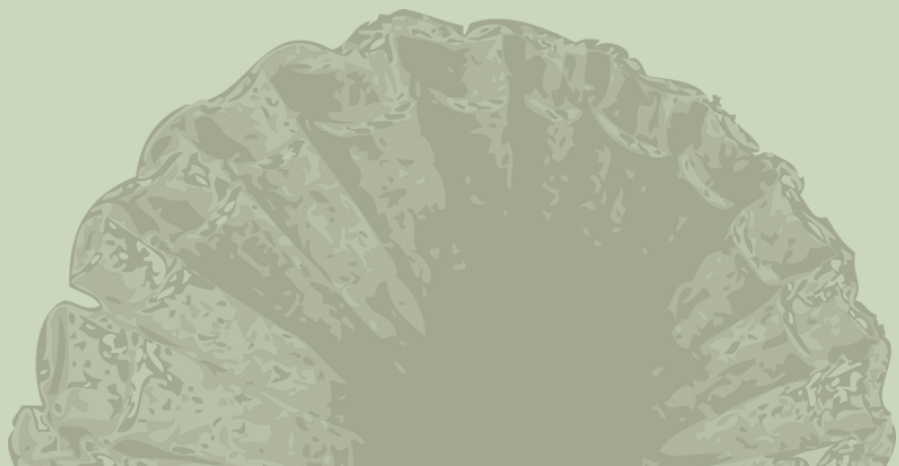
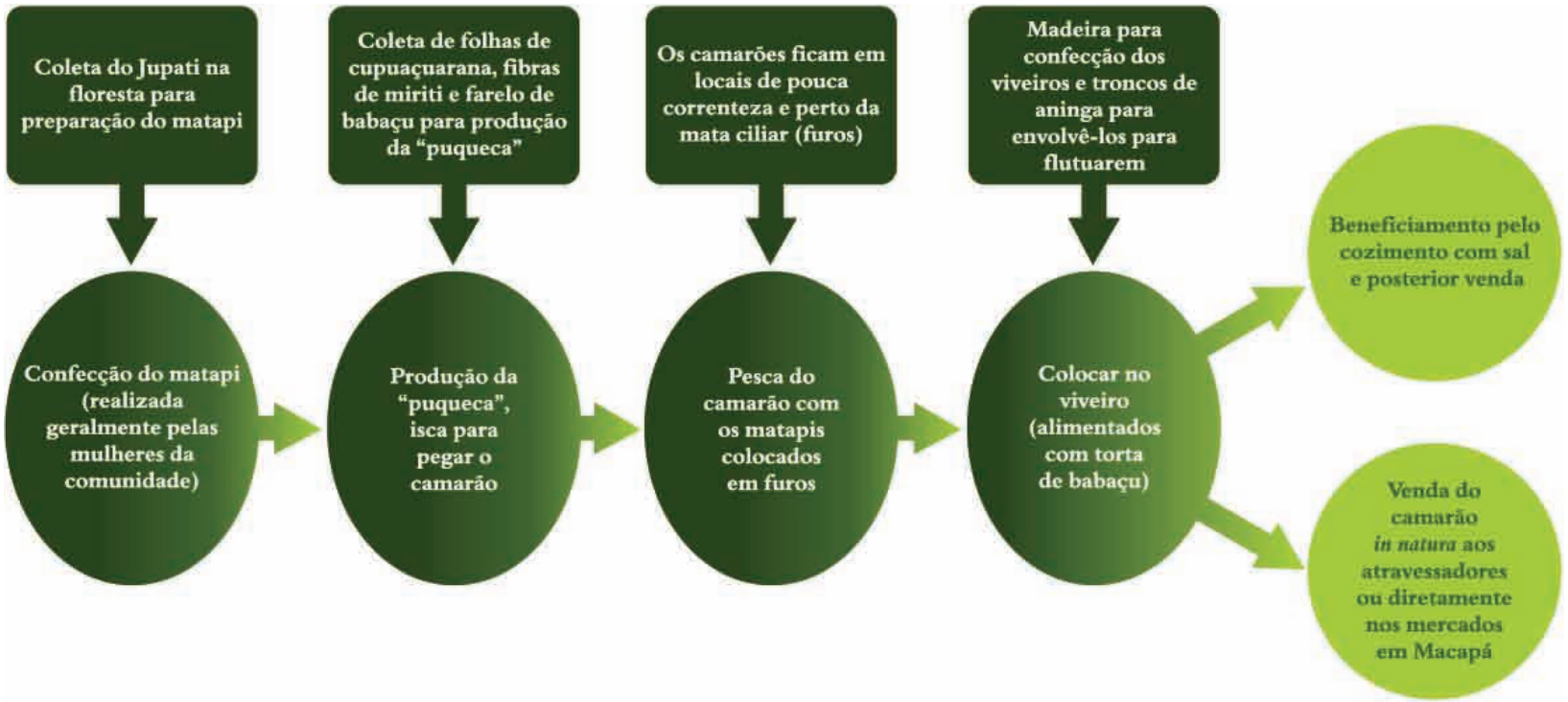


Figura 6 - Síntese dos procedimentos adotados pelas famílias extrativistas de Gurupá para a pesca do camarão a partir do Projeto de Manejo.



A valorização dos produtos florestais pelas famílias possibilitou a utilização de novas formas de manejar o roçado. Segundo relatos, os ribeirinhos que plantavam roçados, após a colheita costumavam deixar a vegetação se recuperar para só depois voltarem a plantar naquela área. Com o tempo, começaram a perceber a importância de manejar as essências florestais que reapareciam na área. Um exemplo é o pau-mulato, que passou a ser manejado principalmente após a retirada dos produtos de roçado (milho, feijão, melancia).

> *"O manejo é, praticamente, só renovar, porque a gente (...) não vai mais cortando os pau-mulato na roça e sim protegendo pra que eles cresçam. É deixar ele crescer. Aquela área que ia ficar degradada para sempre daqui a pouco tempo volta a ter o mesmo valor."*
>
> **Sr. Milton**,
> *morador da Ilha das Cinzas.*

3.5. Fortalecimento organizacional: criação da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas - Ataic

O município de Gurupá possui uma história de luta sindical bastante expressiva e analisada em publicações sobre o tema no Estado do Pará. Um registro desse processo na perspectiva dos ribeirinhos e sindicalistas foi realizado a partir de uma sistematização de experiências sobre a regularização fundiária e o manejo florestal no município (IEB, 2006). A organização sindical na região do estuário ocorreu principalmente pela atuação da Igreja Católica, que na década de 1970 iniciou uma ação de formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Um fato marcante no início desse processo foi a chegada do Padre Giulio Luppi, em 1972, como vigário da Paróquia de Gurupá. A partir daí foi iniciado um trabalho pastoral baseado na teologia da libertação[13], que pauta suas ações na "opção pelos pobres e oprimidos". Nesse período foi organizado o serviço pastoral com o objetivo de apoiar e dar assistência à luta dos trabalhadores rurais do município (OLIVEIRA Jr., 1991). Durante o Seminário de Sistematização, o tema sobre a participação da Igreja na organização comunitária foi bastante presente e marcante: *"A mudança começou quando o padre Júlio trouxe a ideia de que os problemas na comunidade não eram a vontade de Deus. Ele falou sobre o Estatuto da Terra, cantinas comunitárias, remédios." (*Sabá Pena, morador da comunidade Sarapoí).

Foi com o apoio da Igreja Católica e de lideranças egressas dos seminários de cidades próximas, como Santarém, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá se organizou para representar os camponeses do município. Sua diretoria até então se alinhava com os grandes proprietários e políticos locais, cujos interesses eram radical-

Fotos: acervo ATAIC

[13] Pressupõe a libertação por princípios éticos, a vontade de trabalhar para os mais pobres, de unir esforços em torno desta causa, de conscientizar, e tornar-se possível a partir de redes sociais. (BOFF & BOFF, 1993).

mente contrários aos dos ribeirinhos (SILVA, 2005). Em 1986, porém, ocorreu uma grande manifestação com 150 trabalhadores rurais reivindicando o direito de assumir a diretoria do sindicato, conquistada no voto. *"Ficamos 54 dias acampados em frente ao sindicato",* relata uma das lideranças locais que participou do momento de ocupação.

A criação das associações foi motivada principalmente pela liberação dos créditos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) a partir de 1999, conforme relata uma liderança do município:

"No período de 1994 a 1995, com o FNO especial, o banco não queria mais apoiar sindicatos e criaram 16 associações para acessar crédito. A maioria faliu". (Sabá Pena, Morador da comunidade Sarapoí).

Após esse primeiro momento em que as associações foram criadas somente para obterem acesso a crédito, iniciou-se uma discussão sobre a importância da organização social nas Ilhas a partir de formas organizativas próprias.

O debate sobre as questões de regularização fundiária e de gestão dos recursos naturais impulsionou o fortalecimento organizacional em muitas Ilhas do município.

A participação dos manejadores de camarão na Colônia de Pescadores Z 49 também é tema de discussões, pois os mesmos relatam que não há uma representatividade de sócios que pratiquem o manejo dos recursos pesqueiros, como demonstra um informativo produzido em 1997:

> *"...dos 24 pescadores presentes no encontro [referindo-se ao 1º Encontro Municipal de Pescadores de Camarão], apenas dois eram associados à Colônia de Pescadores Z 49, e a maioria sequer sabia da existência da mesma" (BOLETIM DO PROGRAMA GURUPÁ, 1997).*

"Com a chegada da Fase, esse processo foi repensado e surgiram outras associações que estão mais ativas (Ataic, Ataedi, Casa Familiar Rural). As associações se fortalecem quando começam a discutir e refletir sobre os problemas ambientais".

Hermes,
Presidente do Instituto Gurupá.

Após uma série de cursos de capacitação e de participações em encontros, oficinas e formações em gestão da produção e associativismo, os moradores da Ilha das Cinzas criaram uma Associação em 2000, com uma dinâmica diferente da maioria das associações da região. A Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (Ataic) passou a articular as famílias para captarem recursos para promover a melhoria da qualidade de vida das famílias da ilha. No Quadro 4 são apresentadas as principais ações da Ataic nesse período de funcionamento.

Quadro 4 - Síntese das ações da Ataic na Ilha das Cinzas.

Ano	Principal Ação
2000	Criação da Ataic.
2002	Criação do Grupo de Mulheres; e Expansão do Projeto de Manejo de Camarão para outras comunidades com apoio do ProVárzea.
2003	Projeto para o Grupo de mulheres, apoiado pelo GTA.
2005	Financiamento do Fundo Dema para manejo madeireiro e não madeireiro e sistema de tratamento de água.
2005	Ataic foi premiada na categoria "Melhor Tecnologia Social" em concurso nacional promovido pela Fundação Banco do Brasil.
2006	Nova expansão, com apoio da Petrobrás, Fundação Banco do Brasil e Prefeitura de Gurupá; Criação do Assentamento Agroextrativista da Ilha das Cinzas; e Formalização do Acordo Municipal de Pesca de Camarão.
2009	Apresentação do Plano de Uso da Ilha das Cinzas para a comunidade.

Fonte: Oficina de Sistematização na Ilha das Cinzas (2009).

A preocupação com a gestão dos recursos financeiros da associação e com a participação efetiva de seus membros nas decisões construídas em assembléias e reuniões de diretoria parece ser o diferencial na organização social da Ilha. A luta por direitos sociais como saúde, educação, melhorias nas condições de habitação e principalmente a gestão dos recursos naturais torna a Ataic uma associação em constante mobilização social, proporcionando o crescimento e melhoria da qualidade de vida das famílias da Ilha.

"Acho que uma coisa que a organização trouxe é que a gente passou a lutar pelos nossos objetivos de uma forma conjunta mesmo. E aí (...) aquilo que a gente pensa em alcançar, em conseguir, a gente parte pra cima, como se diz. Juntos, de forma coletiva, a gente consegue. Por exemplo, tenho andado em algumas comunidades que eles falam: "Pô, o pessoal da Ilha parece que tem alguma coisa com eles que tudo que eles querem eles conseguem". Mas é essa organização que faz isso. A gente tem hoje 70 associados, nem todo o pessoal participa, mas tem uma maioria aí que, quando se junta, vai pra cima e consegue. Então, esses avanços vêm a partir daí, dessa briga que a gente faz em conjunto e aí vem a questão da educação, saúde que… melhorou muito aqui. Chegou o médico, aumentou as séries da escola, tratamento de água...".

Walmir,
ex-presidente da Ataic e morador da Ilha das Cinzas.

3.6. Mulheres: a força que vem das "Marias"

Foto: acervo IEB

O **Projeto de Manejo de Camarão** também foi um indutor da organização das mulheres, como pode ser percebido nos relatos.

Houve um tempo em que as mulheres tinham um papel coadjuvante, como nos diz Maria de Jesus:

"As mulheres vinham para a reunião da Associação só para cozinhar, né? Ou então deixavam os homens aqui discutindo e iam ali rezar numa igreja"

Maria de Jesus
Moradora da Ilha das Cinzas

Mas esse tempo passou. Em 2001, as mulheres da Ilha das Cinzas conheceram o movimento de mulheres organizado de Gurupá há mais de 20 anos, o que impulsionou o seu engajamento na associação. A partir de 2002 foi organizado o Grupo de Mulheres vinculado à Ataic. Essas mulheres compreendiam que a sua organização social não era para dividir homens e mulheres, mas para fortalecer a comunidade. A iniciativa de fortalecimento era revestida da perspectiva de elas obterem mais representatividade no interior da Ataic, mais poder de influência e de decisão.

A organização das mulheres representa uma ruptura com uma visão dominante de outrora, que subalternizou o papel da mulher na pesca. Diz uma das mulheres:

"Pescador é uma classe muito machista, né? Então era um isolamento. Os homens diziam: 'Vai lá pra casa fazer a comida, vai encher água, aqui não dá futuro não. Vai fazer um café lá pra mim que desde manhã eu não tomo café".

Nos relatos ouvidos durante o Seminário de Sistematização, as mulheres manifestaram que nem imaginavam que seria tão intensa a atividade do grupo, mas o trabalho de confecção do **matapi impulsionou esse processo**. É significativo o relato de Maria de Jesus sobre isso:

"(...) o auge da história do grupo de mulheres seria o matapi (...) foi o meio usado para ajuntar o grupo de mulheres. Hoje tem uma demanda (encomendas) muito grande de matapi e, mesmo assim, a gente não consegue suprir a necessidade dada a vontade, o desejo que as pessoas têm."

Maria de Jesus
Moradora da Ilha das Cinzas

A qualidade do trabalho das mulheres na confecção do matapi é reconhecida. Transborda orgulho nos relatos, como diz Maria de Jesus:

"Todo mundo diz assim: "pôxa, tô comprando esse matapi de R$ 4,00, mas se tivesse de R$ 7,00, do grupo de mulheres, eu compraria numa boa porque eu posso pescar meu camarão a safra toda".

O matapi produzido pelas mulheres é feito da tala do jupati e complementado com o fio de náilon, o que facilita a reposição da tala quando esta quebra pelo uso contínuo na pesca. No dizer das mulheres, quando isso ocorre, os pescadores "*podem ir retalando e continuar usando o matapi novamente*" O matapi que vem de fora não tem essa flexibilidade, pois é feito de fibra, o que, às vezes, impossibilita que permaneça em bom estado até o final da safra.

A interface do Grupo de Mulheres com o Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce associa a geração de renda e a participação social. O engajamento no processo se fortaleceu tanto que passaram a contratar cozinheiras no período de atividades coletivas na perspectiva de garantia da ampla participação das mulheres organizadas no Grupo.

A força dessa participação resultou numa outra conquista: o pagamento pela Prefeitura Municipal de Gurupá de uma mulher do Grupo para apoiar o trabalho de retaguarda durante a produção. Inicialmente foi na forma de rodízio, sendo a cada mês uma mulher remunerada. Posteriormente houve problemas na gestão municipal, tentaram romper o acordo, mas as mulheres imprimiram a marca da força da negociação com o poder público. No dizer orgulhoso de Maria José referindo-se ao gestor:

"...a experiência foi assim [durante], um ano e depois ela ficou direto e está até hoje. Até o ano passado ele disse: 'eu tenho medo de mexer com essa aqui porque o grupo de mulheres vai brigar'"

Maria José

Moradora da Ilha das Cinzas

A formação oportunizada pela Fase para a aprendizagem e o domínio da confecção dos matapis pelas mulheres foi enfatizada no Seminário de Sistematização, quando se destacou a qualidade do produto como um diferencial à produção. Sobre esse processo, diz Maria de Jesus:

"É muito difícil fazer matapi, né?! Mas aí a Fase promoveu os cursos. Começou a nossa ideia de que se fizéssemos matapi na comunidade ele seria melhor, porque (...) é um matapi mais seguro e tem mais durabilidade porque é feito na comunidade e a gente sabe. Aí nós decidimos que nós íamos fazer matapi e, pra isso, o grupo teria que ser capacitado. Veio o Grupo de Mulheres de Santa Bárbara, e foram elas que fizeram as oficinas aqui com a gente (...)"

Maria de Jesus

Moradora da Ilha das Cinzas

A confecção de paneiros para a época do açaí foi uma atividade precursora da produção de matapis pelas mulheres. A venda era certa, segundo relatos, mas havia dificuldade porque na crença popular a tala, matéria-prima do paneiro, causava ou agravava o reumatismo, prejudicando a saúde das mulheres.

A forte organização das mulheres e a rentabilidade da atividade também se manifestaram inclusive na forma de empréstimos. Assim relatou Maria José:

"(...) o que tem ajudado muito as mulheres é o dinheiro. (...) Nunca faltou dinheiro no grupo. Quando uma companheira precisa de dinheiro ela toma emprestado. Aí, a gente tem dinheiro movimentando (...) O grupo tem o recurso de todas as coisas confeccionadas pelo grupo, do matapi, de tudo(...) A gente tira [a despesa] do material e o resto é lucro (...) tem sempre aquele dinheiro aí."

Maria José

Moradora da Ilha das Cinzas

A representação das mulheres sobre a dinâmica do manejo comunitário de camarão de água doce é integrada, revelando uma visão mais totalizante. Em uma atividade realizada na Ataic, em 2007, homens e mulheres sistematizaram, em desenhos, sua visão sobre a importância da pesca, como é demonstrado na Figura 7.

Figura 7 - Representação da pesca do camarão segundo os homens e mulheres extrativistas de Gurupá.

Fonte: Ataic (2007).

A Figura 7 revela que para os homens a pesca do camarão tem uma importância fundamentalmente monetária. Capturar e comercializar camarão significa geração de renda, entrada de dinheiro para a garantia do sustento familiar e aquisição de bens. Para as mulheres a pesca do camarão está relacionada tanto ao aspecto econômico das famílias quanto à conservação de recursos naturais da floresta.

Na relação com os recursos da floresta, a percepção das mulheres é sensível, isto é, de que há uma imbricada inter-relação no cotidiano a partir da coleta de frutos, da produção de remédios e do cuidado necessário com os bens da natureza.

A força organizativa impulsionou as mulheres a compor a diretoria da associação, motivadas pela percepção de que é preciso haver uma mulher representativa na direção da Ataic.

A questão intergeracional emerge nesse processo de trabalho, às vezes na forma de conflito. Na visão corrente no Seminário de Sistematização, o trabalho não é valorizado pelas mulheres mais jovens, que não reconhecem a atividade como fonte de renda.

3.7. O desenvolvimento metodológico e a expansão do Projeto de Manejo de Camarão para as demais comunidades

O Projeto de Manejo Comunitário de Camarão iniciou mais efetivamente na Ilha das Cinzas, mas, após os primeiros resultados, passou a ser disseminado para as demais comunidades. A construção do conhecimento sobre o manejo de camarão de água doce levou em consideração os saberes dos pescadores acumulados em anos de prática. A base desta construção referenciou-se em metodologias de reflexão – ação – reflexão, a partir da implantação de unidades de experimentação juntamente com os pescadores. A realização de um conjunto de diagnósticos sobre a realidade dos ribeirinhos no município marca uma lógica diferenciada na produção de conhecimento, pois se busca entender a realidade para depois, juntamente com as populações locais, desenvolver soluções técnicas e organizativas nas comunidades. A figura 8 apresenta a síntese do desenvolvimento metodológico do projeto.

A metodolologia utilizada pela equipe da Fase e lideranças locais de Gurupá influenciou profundamente a adoção das novas técnicas resultantes da experimentação com o manejo de camarão.

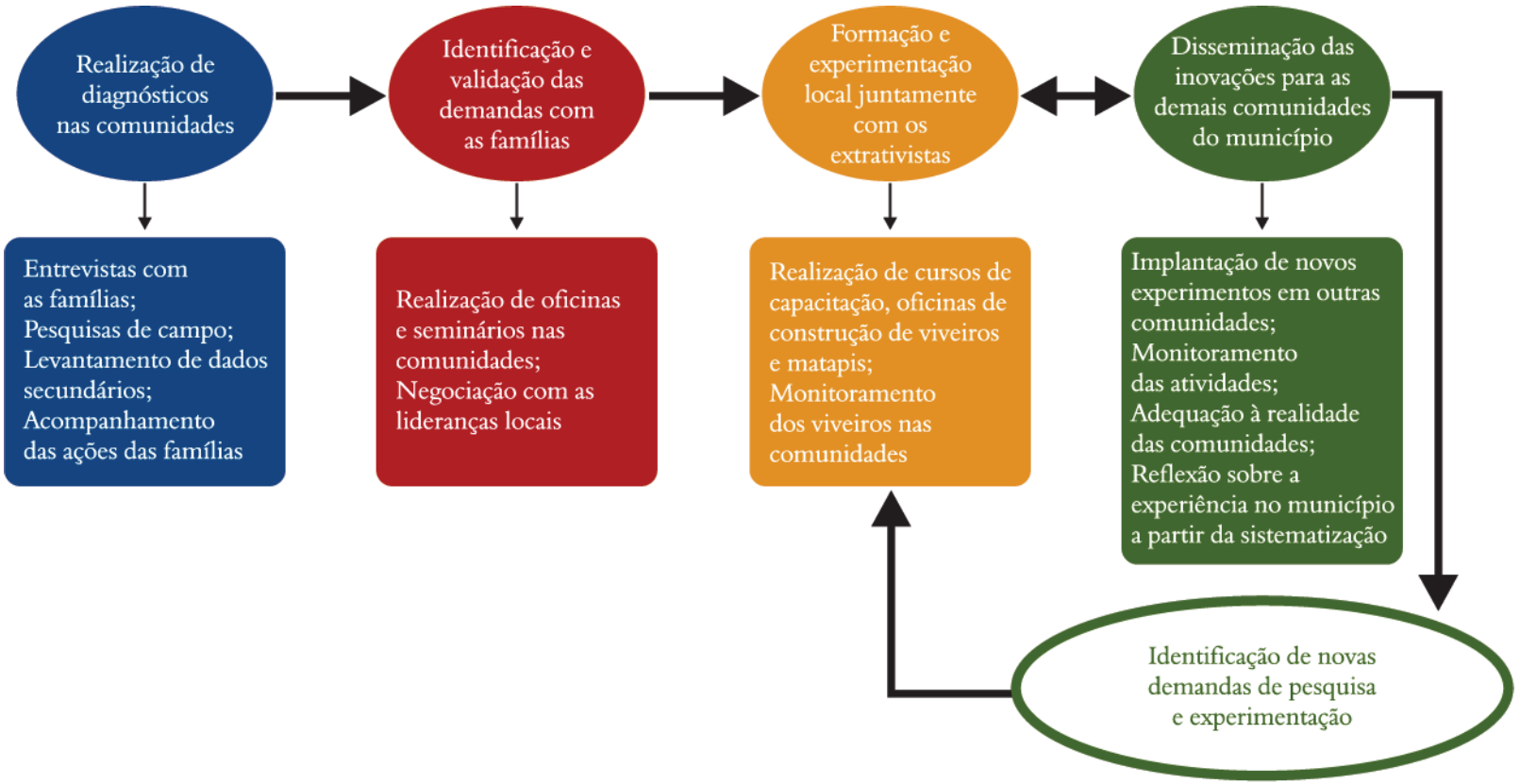
Após um diagnóstico sobre a realidade social, ambiental e produtiva na Ilha, foram realizados diversos experimentos com a criação de camarão. À medida que as inovações eram aperfeiçoadas e adotadas por outras famílias, ocorriam discussões com as demais comunidades para expansão das técnicas experimentadas.

Com o objetivo de desenvolver o manejo comunitário dos recursos florestais e de pesca em áreas de várzea de forma econômica, ecológica e socialmente sustentável, a Fase, juntamente com parceiros locais, apresentou em 2002 um Projeto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea). Foram envolvidas associações do município de Gurupá: Aaedi – Comunidade Santo Afonso do rio Chato; Aproja – Comunidade de São João do Jaburu; e Ataic – Furo dos Periquitos, Ilha das Cinzas.

Em 2006, a Ataic, após ter ganhado o prêmio concedido pela Fundação Banco do Brasil para melhor Tecnologia Social da região Norte com o Projeto Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce, teve um projeto aprovado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e outro pela Petrobras para expandir sua ação. A proposta incluiu mais seis comunidades.

A Ataic propôs a criação de um conselho gestor do projeto composto por 16 integrantes e com caráter consultivo. Sua composição foi definida em seminário do projeto na Ilha das Cinzas conforme apresenta o Quadro 5.

Figura 8 - Síntese do desenvolvimento metodológico do Projeto de Manejo de Camarão em Gurupá, Pará.

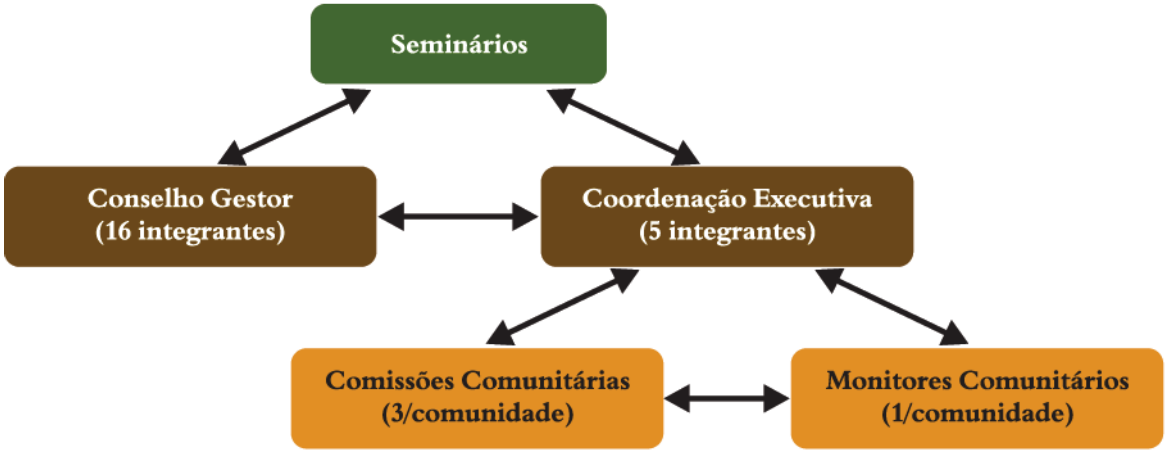


Quadro 5 - Composição do comitê gestor do projeto de Manejo Comunitário de Camarão em Gurupá, Pará.

Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas – Ataic
Casa Familiar Rural – CFR
Associação Livre dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Gurupá – ALPPAR
Prefeitura Municipal de Gurupá – PMG
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase
Comunidade Ilha das Cinzas
Comunidade Cojuba
Comunidade Aruãns
Comunidade Sarapoí
Comunidade Gurupá Mirim
Comunidade Arapapá
Comunidade Icatu
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – Conderma
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha São Salvador – Ataiss
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá – STR Gurupá
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – Emater

A expansão do projeto tornou a gestão mais complexa e dificultou o entendimento de algumas representações comunitárias sobre o seu funcionamento. Neste sentido, foi proposto um plano de gestão do projeto para que as decisões pudessem ser tomadas coletivamente. A Figura 9 esquematiza o funcionamento do conselho gestor do projeto de expansão apoiado pela Petrobras.

Figura 9 - Esquema de funcionamento do conselho gestor do Projeto Manejo Comunitário de Camarão apoiado pela Petrobras.



Fonte: Ataic (2007).

Foto: acervo IEB

IV

Aprendendo com a realidade: Resultados, Lições e Desafios

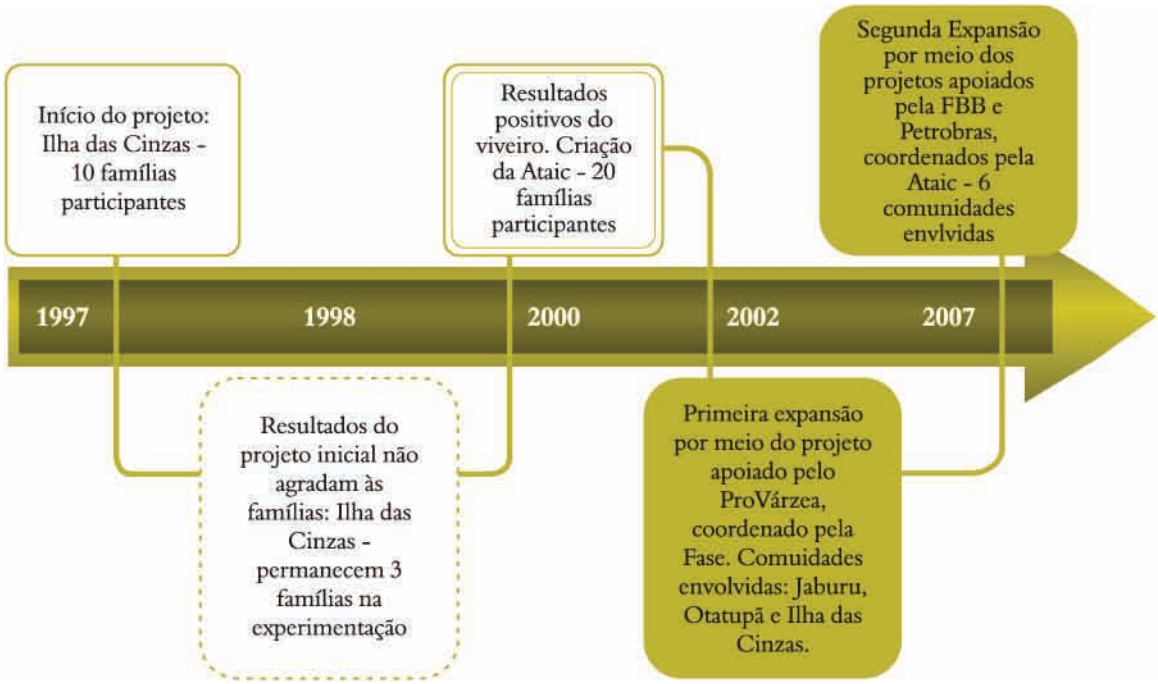
IV. Aprendendo com a Realidade: Resultados, Lições e Desafios

A constituição de comissões comunitárias e a valorização de membros da comunidade como monitores do projeto, que proporcionou a formação e o empoderamento de lideranças locais, são percebidas como inovações metodológicas importantes para a continuidade da iniciativa. No Seminário de Sistematização em Gurupá ficou clara a presença efetiva de jovens como agentes de desenvolvimento local, que participam da gestão da associação e do projeto, buscando formação complementar para continuar atuando para a melhoria da qualidade de vida na comunidade e no município.

A trajetória de expansão do projeto iniciado na Ilha das Cinzas foi marcada por uma construção coletiva e interinstitucional, com objetivos, problemáticas e desafios sendo postos em debate, visando à busca de solução de problemas e materialização das ações idealizadas inicialmente. A Figura 10 marca a linha do tempo de expansão e desenvolvimento do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão.

Foto: acervo IEB

Figura 10 - Linha do tempo da expansão do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão em Gurupá, Pará.



"Eu acho o seguinte: além do que eu vejo sobre essa experiência, eu tenho trabalhado isso em todo lugar por onde eu passo. O pessoal sempre foca muito no manejo do camarão, e a abordagem que eu faço não é específica, abrange outras temáticas. Sempre eu faço a abordagem de onde começou, e trabalhar com o camarão e aquela experiência específica ela se expandiu pra outras temáticas que fazem o desenvolvimento comunitário, digamos assim. O camarão passou a ser, o que os pedagogos gostam de chamar, de um tema gerador do processo. Começou a experiência com o camarão, mas aí, ao mesmo tempo, outras temáticas foram se incorporando ao debate e acabou sendo não só o manejo do camarão, mas um manejo integrado. (...) O camarão por si só e a sua relação com a floresta, com a alimentação. Quer dizer, tudo isso tem uma integração que foi preciso discutir. O próprio matapi, feito do jupati que é a palmeira. Quer dizer então que é um processo mais dinâmico, mais afiado."

Sabá Pena,
morador da Comunidade Sarapoí.

O depoimento de Sabá Pena, destacada liderança no município de Gurupá e que acompanhou todo o processo de construção da experiência, é significativo sobre a importância do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce na dinamização de outras ações de desenvolvimento na Ilha das Cinzas e no restante do município.

A construção da experiência não se limitou a resolver apenas problemas técnicos identificados nos diagnósticos realizados no início do projeto. Foi desenvolvido um conjunto de atividades visando à construção e melhoria das condições de vida dos povos das águas naquele município. Arima *et al*. (1998) refletem sobre alguns fatores determinantes para o sucesso no desenvolvimento de ações nas várzeas amazônicas. Esses elementos oferecem uma base de análise sobre os resultados e lições aprendidas desta experiência em estudo. Apresentamos a seguir os principais resultados alcançados na Ilha das Cinzas e demais comunidades.

Diversificação da produção – Os ribeirinhos de Gurupá passaram a redimensionar suas atividades em seus sistemas de produção após o Projeto de Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce. Em função da pressão do mercado e da exploração desordenada, muitas famílias tinham a pesca do camarão como única prática produtiva e de geração de renda.

O tempo economizado no trabalho possibilitou a retomada de outras atividades produtivas antes praticadas pelos ribeirinhos, que foram inviabilizadas por causa da pesca do camarão. O caso do manejo do açaí é emblemático para a reflexão, conforme nos relata um morador da Ilha das Cinzas.

Foto: acervo IEB

"Ele [o pescador] pescava o camarão, trazia tudo pra ir pra fritura, aí isso levava tempo. Ainda ia preparar, ainda ia escolher se o camarão tava miúdo. E com viveiro, não. Ele tirava do matapi. Aquele tempo que ele gastava com a fritura ele já ia investir em outra coisa. Aí que começa (...) aparece o manejo do açaí, a questão do manejo da floresta".

Walmir,
Morador da Ilha das Cinzas.

A diversificação trouxe uma lição importante para os moradores da Ilha das Cinzas e demais comunidades de Gurupá em relação ao manejo dos recursos naturais. Percebeu-se que era possível usá-los sem, contudo, esgotá-los. Quanto mais diversificado for este uso dos recursos maior é a possibilidade de recuperação de seus estoques, havendo, assim, um equilíbrio concreto entre a necessidade de consumo, venda de excedente e conservação da natureza.

Qualidade dos produtos – O manejo possibilitou a melhoria significativa da qualidade dos produtos extraídos da natureza para consumo e comercialização. Com isso, os ribeirinhos precisaram de menor quantidade de recursos para obter a renda desejada, principalmente com venda. As informações do Quadro 6 revelam isto. Além do aumento no tamanho do camarão após o uso do viveiro e do matapi ecológico, o fato de ser vendido em maior quantidade e *in natura* na maioria dos casos possibilitou aos ribeirinhos ganhos mais efetivos, não havendo a necessidade de superexplorar os recursos existentes.

Quadro 6 - Indicadores de resultados do monitoramento do manejo de camarão de água doce em Gurupá, Pará.

Indicadores	1997	1999	2000	2001	2002
Famílias acompanhadas	0	30	26	24	30
Quantidade de matapis por Família	120	120	75	74	75
Número de camarões por quilograma	400	300	230	195	210
Tamanho médio de camarão (em centímetros)	4,5	6,5	8,7	8,9	10,4
Produção por família, por safra (em quilograma)	800	560	562	592	620
Valor recebido por quilo vendido (Reais)	0,8	1,6	1,35	1,6	2,5
Renda mensal da família (Reais)	128	179	152	189	310

Fonte: PINTO (2005)(a).

Boa organização coletiva – Um aspecto central para o sucesso da iniciativa em Gurupá foi a capacidade histórica de organização das famílias para lutarem por direitos sociais como educação, saúde e condições de moradia; e para reflexão coletiva sobre o uso e manejo dos recursos naturais.

Os Acordos de Pesca e o plano de uso, como mecanismos de controle social e gestão dos recursos naturais na Ilha das Cinzas, são expressão da busca de resoluções coletivas dos problemas socioambientais.

A construção de uma identidade enquanto cidadãos de Gurupá pelos comunitários aparece nos relatos das famílias como um elemento importante da organização social.

"Uma coisa que foi muito interessante aqui é que antes dessa discussão do manejo, o que eu observei é que o pessoal daqui não se identificava como de Gurupá apesar de ser gurupaense. Votava tudo pra Melgaço, pra Santana. Não tinha nenhuma decência por parte das administrações locais daqui. A partir dessa discussão veio a questão do Sindicato, da Delegacia Sindical. O pessoal da escola começou a contratar gente pra escola, começou a melhorar a educação. A própria questão da saúde; não tinha nem vacina. De Gurupá não vinha pra cá. Era pessoal de Santana, de Mazagão que vinha dar essa assistência. E hoje tudo vem de Gurupá, então, eu acho que essa foi uma mudança muito grande que aconteceu na identificação desse pessoal aqui como gurupaense."

Bira Pantoja
Instituto Gurupá.

Uso dos recursos de forma sustentável – A dinâmica de manejo dos recursos naturais após mais de dez anos de experimentações, reflexões e muito trabalho, demonstrou na experiência de manejo de camarão que a sustentabilidade de um determinado recurso natural não pode ser discutida de forma isolada. Percebeu-se que a partir da temática do manejo de camarão várias questões foram emergindo e sendo incorporadas como demandas reais da comunidade. O Quadro 7 apresenta os principais resultados percebidos em relação à melhoria da sustentabilidade na comunidade da Ilha das Cinzas relatados no Seminário de Sistematização.

Quadro 7 - Resultados de sustentabilidade do Projeto de Manejo Comunitário de Camarão em Ilha das Cinzas, Gurupá, Pará.

Dimensões	Mudanças
Ambiental	Redução da pressão sobre a floresta para retirada de lenha para a fritura do camarão.
	Redução no uso de veneno na pesca do peixe.
Social	Melhoria na saúde com o fim da fritura do camarão após o uso de viveiros.
	Produção de matapi pelas mulheres.
	Construção da identidade com o município de Gurupá (articulação com outras comunidades do município.
	Influência em políticas públicas em Gurupá (Escola, melhoria da saúde etc.)
	Fortalecimento organizacional com a criação da associação na Ilha das Cinzas.
	Construção de capacidade para assessoria de outras comunidades no manejo de camarão.
Econômico	Redução do custo com insumos com a venda do camarão fresco.
	Aumento da divulgação do método de produção do camarão com o projeto de manejo, com o incremento das vendas.
	Diversificação das fontes de renda com produtos da floresta.
	Aumento do preço do camarão.
	Diversificação das possibilidades de comercialização.

Fonte: Seminário de Sistematização em Ilha das Cinzas (2009).

• Comercialização dos produtos da comunidade

O relato de Walmir, umas das lideranças da Ilha das Cinzas, deixa claro que muitos desafios ainda persistem; e certamente a comercialização dos produtos é um dos maiores. A busca por mercados mais justos e que valorizem o esforço do manejo dos recursos naturais também foi destacado como fundamental na continuidade da iniciativa.

Os ribeirinhos de Gurupá muito recentemente saíram de uma relação extremamente desfavorável (*sistema de aviamento)* com os patrões. Logo em seguida vieram os atravessadores buscando estabelecer uma relação de compra direta dos produtos no próprio local de morada dos ribeirinhos e, por conta disto, praticando preços nem sempre favoráveis a essas populações. Esse sistema permanece até hoje.

Com o avanço da organização social e a melhoria das condições de vida, que possibilitou a compra de transportes coletivos e individuais, é que os moradores da Ilha das Cinzas e outras comunidades do município passaram a realizar algumas vendas diretamente aos consumidores e atacadistas em Gurupá e principalmente em Santana, no Amapá. No entanto, ainda há dificuldade para a comercialização, relacionada à logística,

"Uma coisa que a gente até já trabalhou, mas (...) não de uma forma acirrada, eu diria assim, é a questão da comercialização. Porque esse é um desafio não só dessa região aqui, não só dessa comunidade, mas de todo o Gurupá. Comercialização de todos os produtos: do camarão, do próprio açaí. Hoje o açaí, e até mais a questão do camarão, ela é mais crucial. Aí eu vejo que é uma coisa que a gente tem que trabalhar com mais afinco, e unir forças; não só a associação, as comunidades. A gente tem que tentar buscar isso também com o poder público, pra ver o que a gente pode fazer pra melhorar a comercialização. Pra mim, esse é um desafio que a gente precisa correr atrás mesmo, pra ver se melhora."

Walmir,
morador da Ilha das Cinzas.

beneficiamento do produto, escala de produção e diversificação de mercados, além da valorização dos produtos extraídos a partir de práticas sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

• Continuidade do uso do viveiro na região

A continuidade do uso do viveiro e das técnicas desenvolvidas no projeto de manejo também foi levantada como desafio a ser enfrentado, pois algumas famílias ainda resistem ao seu uso. Como não há qualquer incentivo governamental para a adoção da tecnologia social e ainda persistem situações em que atravessadores compram camarões de viveiro (maiores) e comuns e os misturam para obter vantagens comerciais, é necessário continuar a disseminação e reflexão sobre a necessidade de manejo sustentável dos recursos.

"Um desafio, além da comercialização, que vejo (...) em toda a região do Gurupá é a capacitação. Está faltando capacitação e a união dos trabalhadores na busca por mercados para a sua produção. Por que eu digo isso? Mercado sempre tem, pois o atravessador está sempre lá pra comprar a produção do pessoal. Agora, na hora de se buscar o mercado para a produção, seja do açaí ou do camarão, todo o município de Gurupá enfrenta esse problema e, na hora de se fechar o contrato é que se quebra. Então é uma dificuldade muito grande de fazer as pessoas compreenderem que é melhor ter garantia de venda do produto do que ter o atravessador pegando um furo em Santana ou no outro lado da cidade. Ele não volta mais e o produtor fica abandonado. Então está faltando esta união, essa capacitação para os produtores, para buscarem por mercado, juntos, unidos, para que possam vender, ter garantia de vender seu produto com qualidade. Tem regiões em que as pessoas buscam a qualidade de seu produto. Aqui na Ilha das Cinzas tem esse trabalho, mas têm muitos lugares que eles não querem trabalhar a questão da qualidade. Para você buscar mercado, você tem também que ter qualidade do produto, se não você não consegue um mercado mais garantido."

Bira Pantoja
Instituto Gurupá.

• Continuidade da capacitação das famílias da comunidade

É revelador o relato acima de uma das lideranças de Gurupá sobre a necessidade de continuidade das capacitações dos ribeirinhos – principalmente na gestão e organização social – para o fortalecimento das associações para busca de mercados mais justos e solidários.

De certa forma, o estágio em que se encontra a experiência de manejo em

Foto: acervo IEB

Gurupá exige atenção ao fechamento do ciclo de mudanças, pois todo o trabalho de assessoria técnica realizado juntamente com os ribeirinhos proporcionou uma série de mudanças sociotécnicas na produção. Agora, o grande desafio está exatamente no fortalecimento organizacional para promoção da melhoria da qualidade de produção, beneficiamento e comercialização. Esta é uma etapa complementar para a assessoria técnica realizada nas comunidades.

Referências Bibliográficas e Documentos Consultados

ARAMBURU, M. **Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior Amazônico**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, n. 25, jun. 1994.

ARIMA, E.; MACIEL, N. & UHL, C. **Oportunidades para o Desenvolvimento do Estuário Amazônico** n° 15. Belém: Imazon, 1998. 34 p.

ATAIC. **Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas. Projeto: Seminário Municipal sobre Pesca de Camarão: Relatório Final.** Data: 17 a 19 de Fevereiro de 2006. Ilha das Cinzas – Gurupá – PA.

ATAIC. **Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas. Projeto: Expansão da TS Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce**. Gurupá: Ataic, 2007.

BARTHEM, Ronaldo *et al*. **A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: Valladares-Padua, C & R. Bodmer (eds). Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil**. 520 p. MCT/Sociedade Civil de Mamirauá, Belém, 1997.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1993.

BOLETIM DO PROGRAMA GURUPÁ. **Desenvolvimento e qualidade de vida para a população local.** Boletim do Programa Gurupá – nº 1 – ano 01. Gurupá: Programa Gurupá, 1997.

BRITO, I. F.; BARRIOS T. J. & CAMPOS, R. B., 1993. **O nada discreto charme da revisão constitucional e o SUS**. *Saúde em Debate*, 40:13-16.

CHAVES-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências.** Brasil: AS-PTA, 2007.57p.

CIFOR. 2008. **Trilhas da Regularização Fundiária para Populações nas Florestas Amazônicas: Como decidir qual a melhor solução para regularizar sua terra?** Belém-PA.2008

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Brasília: MMA, 2006. 128 p., 24 cm. Série Monitoramento e Avaliação, 2.

IBGE. Censo Agropecuário. Brasília: IBGE, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/.../agropecuaria/censoagro/2006> Acesso em: 6 set.2009.

IBGE. Cidades. Brasília: IBGE, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat> Acesso em: 20 set.2009.

IBGE. Censo Demográfico. Brasília: IBGE, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 06 set.2009.

IEB. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA.** Brasília: IEB, 2006. 70 p. il, 28 cm – Projeto Comunidades e Florestas.

MENDES, Ana Gláucia Mendes. **A experiência de planejamento econômico no Brasil.** In: CINTRA, Antonio Octavio; HADDAD, Paulo Roberto. **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA Jr, P. H. B. de. Ribeirinhos **e posseiros. Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá, PA.** São Paulo, 1991. 340 p. Dissertação (Mestrado) - USP/FFLCH/Departamento de Geografia.

SEPOF. Estatística Municipal: Gurupá. Belém: SEPOF, 2008.

SILVA, Glaucia. **Sustentabilidade ou subordinação: modos de vida em comunidades de várzea na Foz do Amazonas. In: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**/Deborah Lima, organizadora – Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

TORRES, Marcelo Ferreira. **A Pesca Ornamental na Bacia do Rio Guamá: Sustentabilidade e Perspectivas ao Manejo.** Belém: Naea/UFPA, 2009, Tese de Doutorado.

PINTO, Jorge. **Manejo Comunitário de Camarões.** Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. (a)

PINTO, Jorge. **Manejo comunitário de camarões de água doce por ribeirinhos na Amazônia.** Revista Agriculturas - v. 2 – nº 4 - dezembro de 2005. Rio de Janeiro: ASPTA, 2005.(b)

WAGLEY, Charles. Uma **Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos.** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

As práticas responsáveis de exploração dos recursos naturais conduzidas por comunidades são a melhor forma de combater o desmatamento e outras formas de destruição da Amazônia, pois demonstram que os conhecimentos das populações tradicionais não podem ser desprezados nos planos e projetos que propõem o desenvolvimento da região.

A experiência aqui relatada e analisada, representa muito bem esse tipo de iniciativa. O manejo de camarão, na realidade é apenas o título de uma iniciativa de sucesso de desenvolvimento local, na qual as questões ambiental, econômica e social não estão dissociadas, mas caminham integradas contrariando aqueles que não acreditam que isso é possível.

Realização:

ATAIC

IEB INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

Apoio:

União Européia

USAID DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

VALE

ISBN 978-85-60443-09-3

9 788560 443093